

RELATÓRIO E CONTAS 2018



**BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

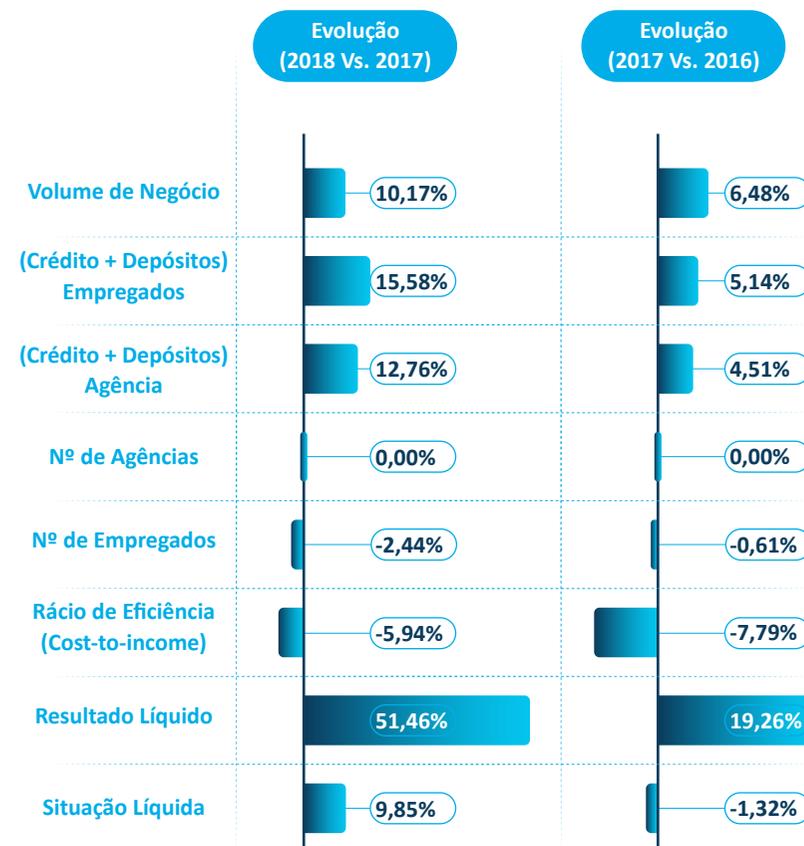
01	PRINCIPAIS INDICADORES	1	09	RESPONSABILIDADE SOCIAL	36
02	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	2	10	ANÁLISE FINANCEIRA	39
03	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	5	11	10.1 Componentes do Balanço	39
	3.1 Estrutura Acionista	5		10.2 Componentes da Demonstração de Resultados	40
	3.2 Órgãos Sociais	5		12	PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS
04	3.3 Marcos da Atividade	5	13	RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA	43
	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO	7		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45
	4.1 Contexto Internacional	7			13.1 Balanço
4.2 Contexto Nacional	11	13.2 Demonstração de Resultados	46		
05	ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP	17	13.3 Demonstração de Alteração na Situação Líquida	47	
	5.1 Estratégia e Modelo de Negócio	17	13.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa	48	
06	5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição	19	14	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
	PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2018	20	15	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	79
	6.1 Banca de Retalho: Particulares	20			
6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições	24				
07	6.3 Banca Eletrónica (Cartão de Débito e e-Banking)	27			
	PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO	29			
08	RECURSOS HUMANOS	33			



1. Principais Indicadores

VALORES EXPRESSOS EM DOBRAS	2018	2017	2016	VARIÇÃO HOMÓLOGA	
				2018 Vs. 2017	2017 Vs. 2016
Volume de Negócio	3.218.240.117	2.921.041.378	2.743.160.946	10,17%	6,48%
Crédito a Clientes	1.040.731.597	875.618.811	793.388.958	18,86%	10,36%
Recursos de Clientes	2.115.690.293	1.925.093.417	1.874.682.822	9,90%	2,69%
Crédito Documentário	17.649.818	30.197.106	9.309.822	-41,55%	224,36%
Garantias Bancárias Prestadas	44.168.409	90.132.044	65.779.344	-51,00%	37,02%
Balanço					
Ativo Líquido	2,614,009,703	2,353,596,974	2,301,469,295	11,06%	2,26%
Crédito Líquido	824.268.778	682.181.626	620.134.070	20,83%	10,01%
Recursos de Clientes	2.115.690.293	1.925.093.417	1.874.682.822	9,90%	2,69%
Situação Líquida	397.959.205	362.263.525	367.098.694	9,85%	-1,32%
Resultados					
Margem Financeira	131.395.144	104.770.762	99.296.107	25,41%	5,51%
Margem Complementar	116.281.768	118.781.945	98.553.065	-2,10%	20,53%
Produto Bancário	247.677.912	223.552.708	197.849.171	10,79%	12,99%
Resultado de Exploração	126.376.357	106.185.887	82.913.378	19,01%	28,07%
Resultado antes de Imposto	80.941.406	54.438.343	46.535.281	48,68%	16,98%
Resultado Líquido	59.304.358	39.154.518	32.831.591	51,46%	19,26%
Rácios					
ROE	14,90%	10,81%	8,94%	4,09% p.p	1,86% p.p
ROA	2,27%	1,66%	1,43%	0,61% p.p	0,24% p.p
Margem Financeira / Ativo	5,03%	4,45%	4,31%	0,58% p.p	0,14% p.p
Margem Complementar / Produto Bancário	46,95%	53,13%	49,81%	-6,18% p.p	3,32% p.p
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	58,93%	64,87%	72,66%	-5,94% p.p	-7,79% p.p
Capitais Próprios / Ativo	15,22%	15,39%	15,95%	-0,17% p.p	-0,66% p.p
Rácio de Transformação	38,96%	35,44%	33,08%	3,52% p.p	2,36% p.p
Crédito Vencido / Crédito a Clientes	23,60%	24,74%	25,85%	-1,14% p.p	-1,12% p.p
Provisão para Crédito Vencido/Créd. Vencido	88,13%	89,30%	84,46%	-1,18% p.p	4,84% p.p
Solvabilidade	25,18%	24,72%	24,10%	0,46% p.p	0,62% p.p
Liquidez	66,34%	67,08%	66,60%	-0,74% p.p	0,48% p.p
Nº de Empregados	160	164	165	-2,44%	-0,61%
Nº de Agências	12	12	12	0,00%	0,00%
(Crédito + Depósitos) / Agência	244.996.589	217.272.920	207.896.903	12,76%	4,51%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	18.374.744	15.898.019	15.120.102	15,58%	5,14%

EVOLUÇÃO GRÁFICA DOS INDICADORES





2. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2018 foi, à imagem e em linha com o último triénio, de significativa adversidade para a economia em geral e para o setor financeiro em particular.

A evolução da conjuntura económica, quer nacional quer internacional, à semelhança de 2017, ainda ficou caracterizada pela continuação de incerteza e de risco económico.

No caso da economia nacional, em particular o ano de 2018, foi de certo modo difícil, em face de maiores dificuldades sentidas pelo Estado na mobilização de recursos financeiros para executar satisfatoriamente o seu programa orçamental. A esta dificuldade também se juntou a incapacidade das receitas fiscais cobrirem cabalmente as despesas correntes.

Para fazer face às dificuldades financeiras, o Estado passou a financiar-se cada vez mais junto do setor bancário nacional e a atrasar os pagamentos às empresas, em particular às de construção civil, com os consequentes constrangimentos daí resultantes.

Assim, a grande dependência da economia do nível de execução do orçamento geral do Estado, bem como as dificuldades já mencionadas, não deixam de constituir uma preocupação e um alerta para a necessidade de serem tomadas medidas urgentes para melhorar o estado das finanças públicas e ser honrada a exposição creditícia na data do vencimento.

Também as divisas continuam a ser um grande problema para o setor bancário, em particular numa economia em que a exportação não supera 15% das importações.

Foi notório que os entraves estruturais da economia nacional, ao permanecerem em 2018, tenderam a condicionar o desempenho do setor

bancário, constituindo um grande desafio e um teste de resiliência para o Banco.

A vulnerabilidade do sistema financeiro nacional persiste, constatando-se no setor bancário níveis de rendibilidade negativos e solvabilidade (abaixo do exigido) requerendo reforço de capital, consequência da dificuldade na obtenção de melhores negócios com riscos aceitáveis.

Atividade do BISTP em 2018

Após o diagnóstico efetuado e com base na análise da evolução dos diversos Indicadores no triénio de 2013 a 2015, desde o início de 2016 que o BISTP adotou políticas e medidas estratégicas, com carácter de continuidade, que permitissem a melhor adequação e optimização da sua estrutura de custos em função do Mercado e da capacidade de gerar receitas. Em simultâneo, atuou-se de forma a aumentar o Produto Bancário, por intermédio de medidas pró-ativas e competitivas de dinamização da atividade comercial.

Enfatizou-se uma cultura a favor da Eficiência Operacional e uma exigente cultura prudencial de gestão de Risco de Crédito, principais fatores determinantes da Rentabilidade, da Estabilidade e Solidez Financeira do Banco com carácter de Sustentabilidade a médio e longo prazo.

Ao longo do ano de 2018, o BISTP procurou não se desviar desta estratégia de negócio, nem do seu modo operacional, e esforçou-se para executar o seu plano de atividade, tendo como alvos o capital humano, clientes, processos internos, *cost-to-income* e resultados.

Ao nível do capital humano, além do foco na formação e capacitação dos quadros, em particular no reforço de conhecimentos teóricos e práticos no domínio de *compliance* e do controlo interno, visando garantir que o banco consiga estar alinhado com as novas exigências nacionais e internacionais ao nível do setor bancário, foram também desenvolvidas atividades lúdicas que visavam o reforço do espírito de equipa e a geração de maior bem estar dos colaboradores no seio da organização.

Com a preocupação de melhor servir os clientes de forma célere, cómoda e a todo o momento, deu-se continuidade ao plano de modernização na oferta e disponibilização dos serviços financeiros, em particular, através da banca eletrónica. Assim, já em 2018, o Banco arrancou com o projeto de melhoria do seu site institucional e do seu serviço *e-banking* (Kwá-Non), que consiste, além da mudança do *layout*, na inclusão de novas funcionalidades.

Os esforços imprimidos na melhoria e estreitamento da relação comercial e institucional com os clientes institucionais e particulares, permitiram ao Banco continuar a aplicar uma ação comercial mais direta e uma oferta de produtos e serviços ajustados às expectativas do público alvo. Na dinamização de ofertas de produtos financeiros centrados na necessidade de clientes, foi lançado neste ano o “Crédito Inclusivo”, destinado a clientes de rendimento baixo, o qual deverá contribuir para esses clientes melhorarem o nível da sua qualidade de vida e/ou investir na melhoria da sua fonte de rendimento.

Visando a racionalização das tarefas e melhorar a eficiência operacional, iniciou-se a revisão e atualização dos processos internos e procedeu-se à automatização de alguns. Como principais linhas de força desta ação, realça-se a criação, em todas as estruturas, do respetivo manual de procedimentos atualizado e o aumento do nível de automatização. Neste sentido, foi possível automatizar uma parte importante das operações sobre o estrangeiro,

reduzindo a carga de trabalho manual e os riscos inerentes; foi também possível criar e atualizar manuais de procedimentos de vários sectores.

Para o cumprimento de um rácio de *cost-to-income* abaixo de 60% fixado para 2018, procurou-se manter uma evolução controlada das taxas de juro de captação dos depósitos a prazo, assim como controlar e racionalizar os custos de funcionamento.

Em resultado das ações desencadeadas, foi possível ao Banco neste ano crescer tanto ao nível dos créditos como ao nível dos depósitos, e, também, manter a sua posição de líder no mercado, apresentando consistência nos seus indicadores de liquidez, solvabilidade e rendibilidade em terreno positivo.

Conjugados todos estes factos, mais concretamente foi possível em 2018 o BISTP manter os seus rácios prudenciais em níveis bastante confortáveis (Liquidez e Solvabilidade) e, aumentar a sua rendibilidade com a obtenção de um Resultado Líquido positivo, acima do registado em 2017 em cerca de 51%.

De realçar que o contínuo apoio incondicional da estrutura acionista (Estado São-Tomense, Caixa Geral de Depósitos, Banco Angolano de Investimentos), assim como o total empenho dos Colaboradores do Banco, tem sido preponderante para o BISTP alcançar resultados satisfatórios, mesmo em conjunturas manifestamente adversas.

Perspetivas e compromissos para 2019

Em face das dificuldades financeiras sentidas pelo principal agente económico (Estado), é provável que em 2019 haja reforços de medidas para melhorar as

finanças públicas, com ações quer do lado das despesas quer do lado das receitas, adivinhando-se por isso um ano particularmente difícil para a economia e desafiador para o setor financeiro.

Para o setor bancário, na sua desejada missão de apoiar a economia, as prioridades continuam a ser o de garantir os níveis razoáveis de rendibilidade, solvência e de risco adequados, de forma a melhorar a resiliência aos choques internos e externos.

Não obstante o contexto a gerar algumas dúvidas para 2019, continuamos a acreditar no potencial e no futuro deste mercado, razão pela qual o BISTP renova a cada ano o seu compromisso investindo cada vez mais na busca de soluções financeiras que possam contribuir para a melhoria da economia nacional e do bem-estar geral dos São-tomenses.

A gestão do Banco continuará a manter o atual modelo de governo, com foco nos princípios e nos valores que norteiam o BISTP, apostando na “Excelência” e desenvolvimento da sua atividade e no dinamismo comercial como estratégia para melhor servir os seus Clientes, mantendo uma cultura de risco que conduza ao seu efetivo criterioso controlo, e racionalização para um eficaz controlo dos custos, para assim atingir os objetivos de crescimento, rendibilidade, solidez e liquidez.

Assim, para 2019 o Banco mantém o seu enfoque nas seguintes ações:

- Dinamizar o bom crédito a particulares e empresas;
- Diversificar e melhorar a repartição de risco;
- Dinamizar a atividade de recuperação do crédito em atraso/incumprimento;
- Aumentar a pró-atividade e dinamização comercial de modo a alcançar objetivos fixados por unidade de negócio;

- Aumentar o número de clientes, nomeadamente através da obtenção de uma maior taxa de bancarização da população;
- Continuar a intensificação no reforço da segurança do sistema informático e da banca eletrónica;
- Apostar nas novas tecnologias e nos meios digitais;
- Melhorar o controlo e racionalização dos custos;
- Reforçar as áreas de controlo interno;
- Criar Valor e apresentar Resultados a cada trimestre.

A administração do BISTP espera poder continuar a merecer a confiança e contar com todo o apoio dos seus *Stakeholders* de forma a poder continuar a contribuir positivamente para este projeto de sucesso que tem sido o BISTP, com o lema,

“desde sempre - para sempre”.



3. Principais Referências

3.1 ESTRUTURA ACIONISTA



Comissão Executiva:

Miguel Malheiro Reymão - Presidente
Agostinho Quaresma dos Santos Fernandes - Administrador Executivo
Lucamba Magalhães - Administrador Executivo

Conselho Fiscal:

João Barata da Silva - Presidente
Molelalisio Santos Afonso Fernandes - Vogal
Nyaneka Nazaré Ferreira Sousa - Vogal

3.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

José Lourenço Soares - Presidente
Ana Silveira - Secretária
Inokcelina dos Santos - Secretária

Conselho de Administração:

Armindo Silvestre de Ceita do Espírito Santo - Presidente
Miguel Malheiro Reymão - Vogal
Agostinho Quaresma dos Santos Fernandes - Vogal
Lucamba Magalhães - Vogal
(em processo de acreditação) - Vogal

3.3 MARCOS DA ATIVIDADE

● Janeiro 2018

Entrou em circulação a nova família da dobra, com a supressão de 3 zeros, com 6 novas denominações de notas e 5 novas denominações de moedas.

Lançamento de novos produtos de crédito, com parceria de casas comerciais entre eles, Crédito Parceria com Casa Colombo e Crédito Parceria com Eletro-Frio para aquisição de bens de consumo.

● Março 2018

Celebração do 25º Aniversário do BISTP. Por esta ocasião emblemática formam desenvolvidas várias atividades, entre elas, a cerimónia de descerramento da placa comemorativa dos 25 anos do BISTP como o “Motor de Desenvolvimento Económico e Social de São Tomé e Príncipe, o lançamento do Espaço BISTP na Televisão São-tomense (4 programas de literacia bancária); jantares com os clientes, entidades oficiais e colaboradores

do Banco; assinatura de um protocolo com a Embaixada de Portugal; Corrida BISTP com prémios diversos e torneio de futsal entre as instituições financeiras de São Tomé e Príncipe.

Dentro da sua política de responsabilidade social, o BISTP financiou a construção de uma sala de aulas na Escola Secundária de Caué (distrito mais pobre do país) e a obra foi entregue aquando das comemorações do aniversário do BISTP.

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP), emitiu pela sexta vez no mercado financeiro são-tomense, os Bilhetes de Tesouro (BT), no valor de 250.000.000,00 de dobras, com maturidade de um ano, uma taxa de 3% ao ano, em que o valor nominal de cada bilhete foi de 1.000,00 de dobras.

● Maio 2018

Lançamento do Espaço BISTP na TVS – Literacia Bancária com os seguintes temas:

- 1º Bancarização (vantagens);
- 2º Banca Eletrónica;
- 3º Garantia numa Operação de Crédito;
- 4º Crédito Documentário.

● Junho 2018

O Conselho de Administração do Banco Central de S. Tomé e Príncipe, deliberou proceder ao cancelamento da autorização para funcionamento do Banco Privado São Tomé e Príncipe.

● Julho 2018

De forma a incentivar a utilização do uso do cartão no pagamento de compras em estabelecimentos comerciais, sobretudo nos períodos “mortos”, foi lançada a 3ª edição da campanha “Compra Fácil é com Cartão do BISTP”.

Lançamento de novo produto de crédito, nomeadamente o Crédito Inclusivo, que visa maior inclusão financeira do segmento de clientes com rendimentos mais baixos, contribuindo para a melhoria da sua condição de vida.

● Setembro 2018

Patrocínio da conferência sobre os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – que teve como oradores Dr. Jonas Gentil (Juiz Conselheiro Tribunal Constitucional STP), Dr. Jorge Bacelar Gouveia (Professor Catedrático) e o Dr. André A. Aragão (Ex-Bastonário da Ordem dos Advogados STP).

● Outubro 2018

O BCSTP emitiu pela sétima vez no mercado financeiro são-tomense, os Bilhetes de Tesouro (BT), no valor de 165.000.000,00 de dobras, com maturidade 365 dias, uma taxa de 3% ao ano, em que o valor nominal de cada bilhete foi de 1.000,00 de dobras

Lançamento de novo produto de crédito, denominado Crédito Energias Renováveis para aquisição e instalação de equipamentos no âmbito de energias renováveis, nomeadamente solar, eólicas e hídricas.

● Novembro 2018

Patrocínio do lançamento do livro “Constituição da República Democrática de STP” – do Dr. Jonas Gentil (Juiz Conselheiro Tribunal Constitucional STP).

● Dezembro 2018

Lançamento da 4ª Edição da Campanha Promocional: “Compra Fácil é com Cartão do BISTP”.



4. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

Depois de dois anos de relativo crescimento, o FMI estima que ocorra uma desaceleração da economia mundial para os próximos anos. Esta desaceleração não parece ser muito forte, de acordo com as previsões deste organismo, mas é preocupante diante de algumas características da economia mundial, neste momento associadas às políticas implementadas após a crise financeira internacional de 2007/2008. Este possível esgotamento dos instrumentos de política económica, poderão fazer com que a desaceleração se transforme em recessão e consequentemente a um elevado nível de endividamento do setor não financeiro à escala global.

A degradação da relação comercial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China, alcançou este ano um novo patamar, com os Estados Unidos a colocarem tarifas sobre os produtos importados da China. Em resultado desta ação, é possível esperar efeitos negativos, bastante significativos sobre o comércio mundial. Em primeiro lugar, porque boa parte dos produtos exportados pela China para os EUA contém parcela bastante elevada de insumos produzidos em diversos outros países, que também serão afetados indiretamente por esta decisão. Segundo, porque essas tarifas provocarão uma elevação dos preços dos produtos afetados no mercado doméstico norte-americano, com a redução do consumo.

No entanto, segundo o FMI, para o ano de 2018 o ritmo de crescimento nos EUA irá acelerar para os 2,9%, mostrando uma melhoria em relação aos 2,2% registados em 2017. O crescimento na Zona Euro, foi perdendo força ao longo deste ano, contraindo dos 2,4% de 2017 para 1,8% em 2018. Nos países emergentes o crescimento se manterá elevado, à volta dos 4,6%, sendo que a China terá um recuo dos 6,9% registados em 2017 para 6,6% em 2018.

Para 2019, a contração de algumas economias continuará, com o crescimento global a cair para 3,5%. As previsões apontam para uma desaceleração das economias desenvolvidas principalmente os EUA, em que se espera uma queda na taxa de crescimento de 2,9% de 2018 para 2,5% em 2019. O crescimento na Zona Euro passará de 1,8% em 2018 para 1,6 em 2019. Nos países emergentes, o crescimento deverá cair para 4,5% em 2019 em relação aos 4,6% de 2018. Para a China a previsão é que caia de 6,6% para 6,2% mesmo com o estímulo fiscal que compensa parte do impacto das tarifas mais altas dos EUA.

Zona Euro e EUA (Economias mais avançadas)

Zona Euro

A União Europeia (UE) enfrentou em 2018 um ano de crise, protagonizado pelo complicado acordo de saída do Reino Unido, o Brexit. Após meses de negociações a UE e o Reino Unido chegaram a um acordo sobre a saída, respaldada posteriormente pelos líderes dos 27 países-membros. Mas o futuro do pacto segue incerto devido à resistência enfrentada pela Primeira-ministra, Theresa May, na Câmara dos Comuns. Esta incerteza tem tido um impacto muito negativo na economia do Reino Unido, levando à diminuição do seu crescimento que ficará em torno dos 1,4% em contraste com os 1,8% do ano transato.

A França tem vivido um grande momento de pressão social protagonizado pelo Movimento dos Coletes Amarelos. Em resposta às reclamações do referido movimento, o governo francês decidiu aumentar o salário mínimo, reduzir os impostos e desistir de uma taxa sobre os combustíveis. Estes acontecimentos acabaram por ter um impacto muito negativo na economia do país que viu o seu crescimento baixar para 1,5%, contra os 2,3% do ano anterior.

Na Alemanha, ano de 2018 não foi muito positivo para a economia alemã que

viu o seu crescimento cair para 1,5%, comparativamente aos 2,5% verificados no ano transato. Esta contração deveu-se ao baixo consumo privado, fraca produção industrial devido à revisão dos padrões de emissão dos automóveis e à demanda externa moderada.

A Itália foi este ano às eleições, tendo o Movimento Cinco Estrelas e a Liga (extrema-direita), obtido uma maioria parlamentar combinada. A dívida italiana está pouco acima dos 130% do PIB, e o atual governo não descarta uma possível solicitação de perdão de dívida. Se o fizerem, os juros da dívida italiana subirão rapidamente e os bancos italianos que detêm atualmente montantes consideráveis de dívida pública, sofreriam danos substanciais nos seus balanços. O crescimento da economia foi muito baixo, cerca de 1% em contraponto com os 1,6% de 2017. As taxas de juros para a dívida italiana permanecem elevadas, e caso elas viessem a aumentar, levariam ao crescimento do rácio de endividamento e restringiriam ainda mais a margem orçamental do governo, com efeitos colaterais adversos para o crescimento e o emprego.

Em 2018, o governo português deu continuidade à sua política assente no crescimento e emprego, no aumento dos rendimentos das famílias e na criação de condições para o investimento público e privado. A Comissão Europeia tem elogiado os esforços do governo no respeito dos acordos comunitários enquanto busca uma política ambiciosa para dar suporte ao crescimento e à justiça social. No final do ano, o Ministro das Finanças, Mário Centeno, anunciou que Portugal fez o pagamento total da dívida ao FMI com a liquidação de 4,7 mil milhões de euros. Com este reembolso antecipado, poupou-se mais de 100 milhões de euros em juros. No ano em que Portugal foi eleito o Melhor Destino do Mundo, pelo segundo ano consecutivo, a economia portuguesa não tem ficado imune ao abrandamento da economia mundial e, em particular a europeia, isto porque o país tem as exportações como um dos principais motores de crescimento. Sendo assim é de esperar que economia afrouxe para

os 2,1%, abaixo dos 2,7% verificados em 2017.

Segundo o Presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mário Draghi, os riscos ao crescimento económico da Zona Euro ainda podem ser considerados como globalmente equilibrados. Ao mesmo tempo, os riscos relacionados com o protecionismo, as vulnerabilidades nos mercados emergentes e a volatilidade nos mercados financeiros ganharam maior importância recentemente. O BCE decidiu também manter as taxas de juro na Zona Euro inalteradas e confirmou que o programa de compra de ativos vai terminar no fim do ano.

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América adotou medidas mais protecionistas impondo tarifas mais pesadas às importações dos produtos oriundos da China.

Este posicionamento dos Estados Unidos deixou os investidores apreensivos. No entanto, e de acordo com o FMI, a economia dos EUA irá crescer 2,9%, mostrando uma aceleração em relação aos 2,2% do ano anterior. Este crescimento deve-se ao aumento do consumo privado e público, devido à queda da taxa de desemprego que está a pressionar os salários, permitindo maiores gastos por parte dos cidadãos em automóveis, entretenimento, comida e roupa. O mercado de ações também tem vindo a valorizar-se em particular a Média Industrial Dow Jones, que acompanha as ações de 30 das maiores empresas americanas e estas têm vindo a bater recordes. Esta valorização vem em consequência dos cortes de impostos, a adoção de medidas para reduzir a burocracia e as promessas de investimentos em infraestruturas.

Emergentes

Nos mercados emergentes, a tendência parece ser de desaceleração, diante do

ambiente externo menos favorável em decorrência da normalização da política monetária nos EUA e da perspectiva de que isso venha também a ocorrer na Zona Euro. Estes acontecimentos têm provocado um aperto das condições financeiras desses países devido à perspectiva de redução dos seus fluxos de capital e a consequente pressão sobre as suas moedas. Além disso, e talvez o elemento mais importante, os efeitos das medidas protecionistas dos EUA contra as exportações chinesas já parecem estar a afetar o crescimento da China e, por extensão, as BRICS.

O Produto Interno Bruto da China cresceu 6,6% em 2018, uma queda de 0,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior, sendo a pior expansão da economia desde 1990. A redução do crescimento acontece sob o peso do enfraquecimento da demanda doméstica e das tarifas dos EUA, pressionando Pequim a adotar mais medidas de estímulo para evitar uma desaceleração mais acentuada e para reduzir o risco de fortes perdas de emprego. Mas as autoridades descartam uma “inundação” de estímulos como já aconteceu no passado, que embora tenha aumentado rapidamente a taxa de crescimento da economia, deixou enormes dívidas.

Em 2018 a economia indiana foi beneficiada pela indústria manufatureira e pela demanda dos consumidores. Mas nos últimos meses a moeda indiana (rupia) tem deslizado contra o dólar norte-americano, fazendo com que a rupia tenha um dos piores desempenhos da Ásia, perdendo 12% em 2018. A Índia importa cerca de 80% das suas necessidades de petróleo, e quando a rupia se deprecia, a taxa de câmbio afeta os preços dos combustíveis e, como resultado, o resto da economia. Mas mesmo assim, o FMI prevê que a economia indiana tenha um crescimento de 7,3%, mais 0,6 pontos percentuais do resultado do ano transato. Sendo assim, no espaço de 10 anos a Índia dobra o seu PIB e deve figurar como o motor da região.

No Brasil, o ano de 2018 ficou marcado pela eleição de Jair Bolsonaro, que veio substituir Michel Temer na presidência do país. A economia brasileira ficou marcada por uma recuperação lenta e pelo desemprego que continua alto. A inflação permaneceu controlada, mas os preços da gasolina e gásóleo dispararam, pesando no bolso dos brasileiros e no custo dos transportes, motivando até uma greve de camionistas, paralisando o país durante 11 dias. Esta paralisação afetou a produção, o consumo e consequentemente o PIB de 2018. As expectativas de crescimento foram gradualmente reduzindo e quando no início do ano se esperava um crescimento do PIB de 3%, estas foram-se desvanecendo com a economia a mostrar um ritmo mais fraco do que o esperado, motivada também pela incerteza com o futuro político do país, não se sabendo qual a agenda económica que será adotada pelo novo governo. Todos estes acontecimentos contribuíram para a queda da previsão do crescimento da economia, que ficou pelos 1,3%, isto é, 0,2 pontos percentuais mais que do ano de 2017, que tinha sido de 1,1%.

A Rússia foi mais uma vez a votos e Vladimir Putin foi reeleito presidente do País, com ampla vantagem em relação aos seus adversários e terá o mandato até 2024. Vladimir Putin mantém a sua popularidade por manter a economia nos eixos desde 1999. Segundo o FMI, o crescimento da economia previsto para o ano de 2018, foi de 1,7% acima do que foi registado no ano anterior, que rondou os 1,5%. Para isso contribuiu a extração de recursos minerais e o consumo privado.

No princípio do ano, a África do Sul entrou em recessão, pela primeira vez desde 2009, após vários trimestres de contração económica. O antigo Presidente do país, Jacob Zuma pediu a demissão, depois de sucessivos escândalos de corrupção e Cyril Ramaphosa foi o escolhido para reconstruir o país. A África do Sul, que costumava ser a maior economia do continente africano, viu-se ultrapassada pela Nigéria e o PIB tem vindo a decair desde 2011. O país enfrenta

vários desafios e segundo o FMI, o PIB sul-africano ficar-se-á pelos 0,8%, abaixo dos 1,3% de crescimento do ano transato.

África Subsaariana

De acordo com o relatório do FMI, a economia da África Subsaariana deverá registar um crescimento de 2,9%. A recuperação económica da região deve continuar devido à combinação de ajustes na política interna e de um ambiente externo favorável, baseada no aumento dos preços das matérias-primas e no forte investimento público. No entanto, o FMI recomenda aos governos da África Subsaariana que melhorem a qualidade da consolidação fiscal. O défice em toda a região foi de 4,2% em 2017 e espera-se que baixe para 3,3% este ano. Apesar de ter havido progressos na redução dos défices orçamentais, é preciso mais empenho para aumentar as receitas que sustentam a despesa pública de desenvolvimento e para servir a dívida.

Alerta-se também para os perigos de os países da África Subsaariana continuarem a aumentar a dívida pública em moeda estrangeira, salientando que as taxas de juros podem subir e dificultar os pagamentos.

Observou-se também que a taxa de crescimento abaixo dos 4% é insuficiente para acomodar os jovens à procura do primeiro emprego.

O FMI conclui que a África Subsaariana obteve avanços substanciais nas duas últimas décadas, mas ainda tem potencial significativo para melhorar. Esse melhoramento poderá vir da arrecadação das receitas internas, estimando que esta região poderia mobilizar até 5% do PIB em receitas tributárias adicionais que seriam bem mais do que recebe anualmente em ajudas financeiras internacionais.

Perspetivas para 2019

Neste novo ano que se inicia, as previsões apontam para um ano complicado, com múltiplas frentes abertas, que vão desde a guerra comercial até ao Brexit, passando pela redução da liquidez dos Bancos Centrais. Mas também há um consenso generalizado de que 2019 será outro ano de crescimento mundial, ainda que a um ritmo inferior ao dos últimos exercícios. O PIB mundial fechará 2018 com um aumento próximo dos 3,7% e o prognóstico é que atinja os 3,5% no próximo período.

Apesar da queda do ritmo da atividade, até certo ponto lógica depois de uma fase de expansão dos últimos tempos, não se vislumbra uma recessão a curto e médio prazo.

O principal fator de incerteza continua a ser a guerra comercial entre EUA e China, em que o aumento das tarifas pode ter implicações não só sobre o ciclo económico, mas também sobre a estrutura produtiva atual, que se baseia no livre comércio. Essa mudança tornaria o impacto da guerra comercial sobre a economia ainda maior.

Outro foco de incerteza vem dos Bancos Centrais que, por via de uma política monetária expansionista que se traduziu na redução das taxas de juros e compras maciça de dívida pública, inundou o sistema de liquidez para tirar o mundo da recessão causada pela crise financeira. Essa era de estímulos em grande escala, no entanto, chega ao fim. Pela primeira vez em quase uma década, o balanço agregado dos bancos centrais será reduzido. O mundo terá de viver sem o apoio do *quantitative easing* (flexibilização quantitativa). Além disso, essa normalização monetária chega no momento em que a economia mundial crescerá abaixo de seu potencial depois de uma longa sequência de altas.

Segundo o FMI, a Alemanha, considerado o motor da Europa, deverá desacelerar em 2019, e prevê-se que o PIB tenha um crescimento de 1,3%, devido aos riscos comerciais e maiores incertezas globais, porque esta tem uma grande dependência ao comércio internacional.

O Banco Central de França, anunciou que a economia francesa irá crescer menos que o esperado em 2019, cerca de 1,5%.

No Reino Unido, a incerteza quanto ao Brexit continua e os britânicos continuam a debater-se entre si, se esta será a melhor solução para o país. A economia britânica continuará a ressentir-se com esta indefinição entre o Reino Unido e os restantes países da UE e para 2019 a perspetiva é que a economia cresça em torno de 1,5%, devido à queda na produção industrial na sequência de uma diminuição da procura externa.

Em Portugal, como não podia deixar de ser, irá verificar-se um ritmo de crescimento mais lento em 2019. O país habituou-se nos últimos anos a crescer com o contributo positivo das exportações, mas agora com o abrandamento da economia mundial, vai acabar por ressentir-se. Os especialistas da Fitch Ratings estimam que a expansão da economia andarà nos 1,5%, motivados pela desaceleração económica e a diminuição nas exportações. No entanto há aspetos que suportam a economia como as dinâmicas do mercado laboral, nomeadamente a redução do desemprego que deve continuar a decrescer, suportando o consumo privado.

A economia norte-americana em comparação com a Europa e a China, parece ser a potência que resistirá melhor aos sinais de abrandamento. Ainda assim, as generalidades das previsões apontam para um abrandamento em 2019 para uma taxa de perto de 2,5% e prevê-se que o investimento e a demanda interna se apoiarão na reforma fiscal e em juros que, mesmo subindo, continuarão

baixas.

A economia chinesa, limitada pelo seu crescente endividamento e pressionada pela tensão comercial com os EUA, está a abrandar e já levou que se anunciassem medidas de estímulo económico, como a descida de impostos. O FMI estima a economia cresça 6,2% e o consumo será o principal motor de crescimento da economia chinesa, face à redução de investimento, à queda na procura global e aumento das taxas alfandegárias impostas pelos EUA.

A recuperação na África Subsaariana continua, embora a um ritmo mais lento. Espera-se que o crescimento regional acelere para 3,5% em 2019, com base na melhor incerteza política e no maior investimento em grandes economias, em conjunto com um crescimento robusto contínuo nos países respeitadores dos recursos, dando origem ao progresso e à redução da pobreza.

4.2 CONTEXTO NACIONAL

A economia mundial atravessou o ano de 2018 em desaceleração, e São Tomé e Príncipe sendo um estado insular com uma economia frágil e extremamente vulnerável aos choques exógenos, viu-se, de igual modo, afetada por esta conjuntura mundial pouco favorável.

Política

Em fevereiro de 2018, o Orçamento do Estado (OGE) e as Grandes Opções do Plano (GOP) são-tomenses para 2018 foram aprovados. O orçamento aprovado previa uma taxa de crescimento de 5% para 2018 e dos 133 milhões de euros que corresponde ao seu valor global, 51% seria financiado com recursos

internos e 49% sustentado com recursos externos. A maior fatia deste orçamento estava alocada ao Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente com 28%, seguido do Ministério da Educação, Cultura, Ciências e Comunicação com 13,2%, e Saúde com 11,4%.

Mas o ano de 2018 ficou verdadeiramente marcado pelas eleições legislativas, autárquicas e regionais. O partido Ação Democrática Independente (ADI), liderado pelo então Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, apesar ter conquistado 25 deputados, não foi capaz de obter a maioria absoluta ou encontrar consensos para formar governo. Jorge Bom Jesus, líder do MLSTP/PSD, o partido que conquistou 23 mandatos nas legislativas, chefia agora o governo da nova maioria, que já viu sufragado no parlamento o seu programa para os próximos 4 anos.

Sociedade

Em Julho deste ano, São Tomé e Príncipe acolheu pela primeira vez, os XI Jogos desportivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), fixando-se a competição de diversas modalidades, nomeadamente, atletismo, basquetebol, futebol, taekwondo e voleibol de praia. Estes jogos tiveram como objetivo o reforço da solidariedade entre os cidadãos dos países da Comunidade para além de contribuírem para a organização do associativismo desportivo, o aumento do fluxo do turismo e promover a imagem turística do país.

No final do ano, São Tomé e Príncipe foi destacado pelo Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, no último relatório bianual para a África Central apresentado em Nova Iorque. António Guterres considerou São Tomé e Príncipe, um exemplo a seguir em África, por ter ultrapassado tensões políticas, e ter terminado o processo de mudança do poder de forma pacífica. Foram endereçados muitos elogios a todas as partes

são-tomenses interessadas pelo compromisso de resolver as suas diferenças através de mecanismos constitucionais e no esforço de manter a paz e a estabilidade.

Evolução Macroeconómica

Como já foi dito acima, no ano de 2018 sentiu-se que a economia teve um abrandamento e São Tomé e Príncipe, tem tentado sobreviver à crise que tem abatido no país ao longo dos anos.

Estando o Estado a passar por dificuldades financeiras, decorrente de receitas que não conseguem cobrir os custos correntes, e em face dos compromissos assumidos com o FMI, o governo decidiu deixar de subvencionar preço dos combustíveis (gasolina, gasóleo e petróleo), o que implicou um aumento de preço dos mesmos, e consequentemente o aumento do custo de transporte de outros produtos. Estas medidas foram para atenuar os impactos do aumento desses produtos no mercado internacional e este ajuste não poderia ser mais adiado. Sendo este um dos fatores que levou ao aumento da inflação acumulada.

De acordo com o último relatório do FMI, a previsão macroeconómica de São Tomé e Príncipe é positiva e a economia deve crescer este ano a uma taxa de 4,0% que aumentará para 5,0% a médio prazo.

O relatório alerta ainda para o facto de atrasos na concessão de financiamento por parte das entidades de apoio ao desenvolvimento poderem igualmente constituir travões ao crescimento. O FMI volta a referir-se neste documento à importância de reformas às empresas públicas, particularmente a empresa de água e eletricidade (EMAE), uma vez que ao melhorar a viabilidade comercial desta empresa reduz-se não só os riscos fiscais, mas também fortalece a posição

do arquipélago face ao exterior ao reduzir a fatura relacionada com a importação de combustíveis.

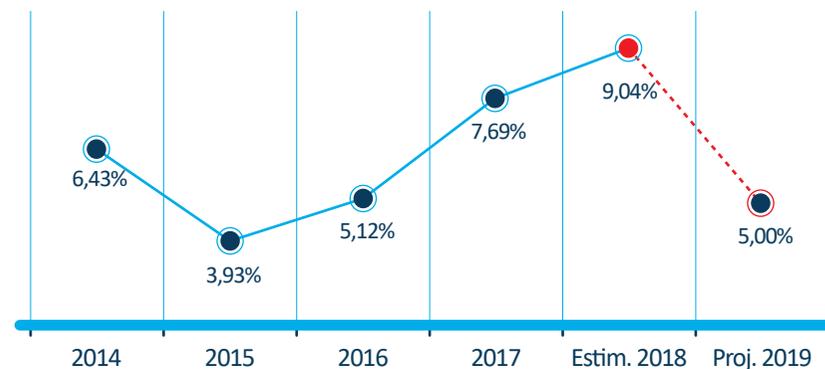
Mas, no final do ano de 2018, o atual Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus, discursou no parlamento sobre o estado da nação e admitiu que a situação macroeconómica do país é deveras preocupante. Jorge Bom Jesus alertou que o crescimento para 2018 vai ficar aquém daquele que foi prospetivado pelo FMI, e andarà nos 3%.

Taxa de crescimento do PIB



De acordo com o BCSTP, a inflação do país, alcançou os 9,04% em 2018, o valor mais alto registado em 6 anos, na sequência do aumento dos preços de alguns bens de consumo alimentar, da habitação, água, eletricidade e gás, explicada em parte pelo impacto do aumento dos preços dos combustíveis registado em junho de 2018.

Inflação



Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e FMI

As exportações de mercadorias gerais, atingiram os 9,2 milhões de USD, correspondendo a uma redução de -0,9% em relação ao igual período do ano anterior. A exportação do cacau fixou-se nos 8,2 milhões de USD e, mais uma vez, foi a que mais contribuiu para o resultado total, embora este valor seja 4,65% inferior ao registado no período homólogo.

As importações de bens ascenderam a 132,9 milhões de USD, traduzindo-se num aumento de 4,1% comparativamente com o mesmo período de 2017. Para esta evolução, contribuíram as importações de produtos petrolíferos em 20,9% (onde se verificou o aumento de preço deste produto no mercado internacional) e os bens de consumo em 2,9%. Pelo contrário, assinalou-se a redução 6,6% nas importações de bens de capital.

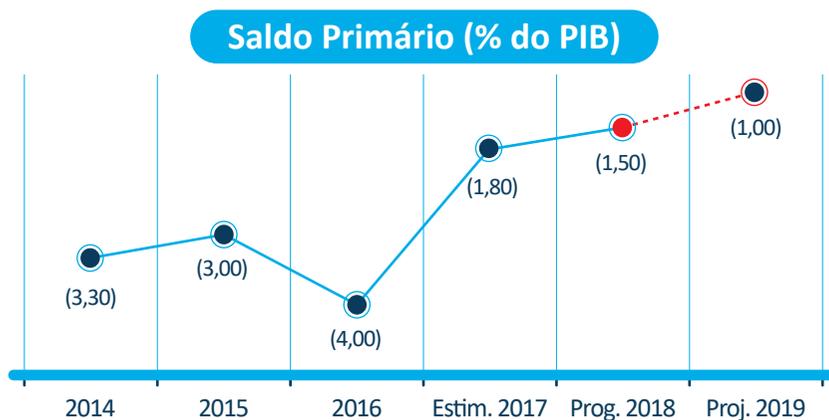
O défice da balança comercial deste ano de 2018 ascendeu aos 123,6 milhões de USD, registando um aumento de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Outro motivo de preocupação, são as reservas internacionais líquidas que, até ao final de novembro de 2018, cobriam apenas 1,9 meses de importação, muito

abaixo da meta de três meses de importação de bens e serviços. Esta situação, vem refletindo as dificuldades ao nível da captação de recursos e coloca em risco a âncora cambial da dobra face ao euro.

O equilíbrio das finanças públicas continua a ser um dos principais objetivos macroeconómicos do país. De acordo com as estimativas do FMI, o fraco desempenho fiscal e a baixa cobrança de impostos atrasados, provocarão uma quebra da receita em 2018 em cerca de 1,8% do PIB em relação à avaliação anterior, havendo receio de um défice fiscal muito acima do programado. Como medida prévia, havia o comprometimento de cobrar impostos correntes aos grandes contribuintes que atrasaram os seus pagamentos no segundo trimestre de 2018, e a controlar os pagamentos mensais dos 10 maiores contribuintes. A meta prevista para o final do ano de 2018 é que o défice primário interno ficasse em 1,3% do PIB. A meta é chegar a 1% de défice primário interno para 2019, para que o país não seja tão dependente das ajudas externas, sem deixar de salvaguardar as despesas sociais.

Para tal, é necessário que haja uma política clara de racionalização das despesas no curto prazo enquanto se intensificam os esforços para a transição para o regime de IVA.



Fonte: Relatório do FMI julho 2018

Recentemente, na sua tomada de posse como novo governador do BCSTP, Américo Barros, afirmou que São Tomé e Príncipe corre o risco de falhar as metas do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Américo Barros, explicou que o atual quadro macroeconómico do país está a ser caracterizado pela desaceleração do PIB, pela subida da inflação e derrapagem orçamental, fiscal e monetária e, por causa desses fatores, os cumprimentos de metas quantitativas dos indicadores com o FMI e BM estão comprometidos.

Economia e Investimentos

Neste ano de 2018, as autoridades petrolíferas são-tomenses, o consórcio formado pela britânica British Petroleum (BP) e a norte-americana Kosmos Energy iniciaram as negociações, com vista a assinatura do contrato de partilha de produção de petróleo e gás. O diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) na altura, Orlando Pontes, anunciou que as negociações surgem do direito de prospeção adquirido pelo consórcio formado pela britânica BP e pela Kosmos Energy que venceu o concurso restrito lançado pela ANP referente aos blocos números 10 e 13 da Zona Económica Exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe. Numa Zona Económica Exclusiva (ZEE) com cerca de 129 mil kms quadrados, repartidos em 19 blocos, São Tomé e Príncipe prevê efetuar a sua primeira perfuração em 2019 de acordo com os estudos sísmicos da Kosmos Energy, que detém maioritariamente os blocos 5, 6, 11 e 12 da zona considerada rica em petróleo e gás.

O presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) afirmou também que a modernização do sistema financeiro são-tomense através da conexão do país à rede internacional de sistemas de pagamentos automáticos é uma das prioridades. Trata-se de um projeto que vai permitir a utilização de cartões Visa e Master Card no país. O projeto vai ser executado durante 4 anos, mas, no segundo ano, São Tomé e Príncipe deverá estar conectado à rede internacional

de pagamentos automáticos.

No final do ano de 2018, a Agência Nacional de Petróleo iniciou negociações com um consórcio para a assinatura de um contrato de prospeção petrolífera no Bloco 1 da Zona Económica Exclusiva do arquipélago. O consórcio engloba as empresas Total E&P Activités Pétrolières e Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) e a negociações decorreram do interesse manifestado pela Total E&P Activités Pétrolières em efetuar prospeção petrolífera naquele bloco na sequência de um concurso público lançado pela Agência Nacional do Petróleo em maio passado.

Mercado Monetário

O ano de 2018, começou com duas mudanças. A primeira foi a entrada em circulação das novas notas de dobras. De acordo com o Banco Central de S. Tomé e Príncipe, as notas que estavam em circulação há mais de duas décadas, já não eram incompatíveis com as exigências atuais de segurança, que recomendam para a substituição de uma família de notas em cada 7 a 10 anos. Neste processo de reforma monetária foi também introduzido uma nota de maior valor facial, de 200 dobras.

A reforma visa também o corte de três zeros no valor nominal da moeda, de forma a melhorar a confiança na moeda nacional e facilitar as transações financeiras.

Visando cobrir o défice de tesouraria, o Estado, através do Banco Central de São Tomé e Príncipe, emitiu por duas vezes no mercado financeiro são-tomense, os Bilhetes de Tesouro, no valor de STN 250.000.000,00 (em 15/03/2018) para 1 ano e STN 165.000.000,00 (em 23/10/2018) para 1 ano. A taxa aplicada ao Bilhetes de Tesouro é 3% anual, e, o valor nominal de cada bilhete foi de STN

1.000,00 de dobras. Este mecanismo tem uma grande importância para a gestão de liquidez e de financiamento do défice fiscal, bem como, a diversificação de opções de aplicação de poupança dos agentes económicos. O sector bancário detinha sobre o Estado, até final de 2017, um total STN 415 Milhões de dívida sob forma de Bilhetes de Tesouro.

Sector Bancário

Em junho deste ano, o BCSTP decidiu suspender o funcionamento do Banco Privado São Tomé e Príncipe. A decisão foi tomada pelo Conselho de Administração do Banco Central de São Tomé e Príncipe e teve como objetivo salvaguardar a credibilidade do sistema financeiro nacional, proteger o interesse dos depositantes e garantir a boa mobilização bancária. Foram detetadas falhas graves na gestão do banco, acumulação de prejuízos ao longo dos anos, assim como a degradação da carteira de crédito. Na altura o antigo governador do BCSTP, Hélio Almeida, prometeu que todos os depósitos seriam ressarcidos aos titulares sem quaisquer custos adicionais e a carteira regular seria transferida para outras instituições bancárias que operam no sistema financeiro nacional. Depois desta declaração, Hélio Almeida aproveitou para deixar claro que não havia mais bancos em situação preocupante.

No relatório do FMI é relatado que o crédito malparado permaneceu elevado e as provisões foram reforçadas. O saneamento dos balanços e a recuperação de créditos, incluindo acordos extrajudiciais, melhoraram o rácio de crédito malparado, compensando uma subida acentuada na taxa de incumprimento entre o crédito contraído ou reclassificado desde o final de 2016. O FMI pede para que se continue a garantir que o crédito malparado siga uma tendência decrescente.

Nesse contexto, o BCSTP continuará a reduzir as vulnerabilidades do setor

bancário através da monitorização frequente e da supervisão reforçada. Em linha com a estratégia de redução do crédito malparado, o BCSTP visa dar resposta ao elevado nível de crédito malparado incentivando uma concertação de esforços para intensificar as recuperações de crédito e o saneamento dos balanços dos bancos, através da aplicação das normas das garantias bancárias e de uma rigorosa supervisão da gestão do risco do crédito e das políticas de crédito dos bancos.

Os indicadores de liquidez no sistema bancário tinha registado degradação em 2017, mas até setembro de 2018 apresentava sinais de melhoria. A solvabilidade, a imagem do rácio de liquidez, tem-se mantido muito acima do mínimo prudencial.

Contudo, o setor continua apresentando rácios de rentabilidade negativo. Até setembro de 2018, este rácio apresentava-se positivo, podendo ser um sinal de início de melhoria do setor neste aspeto.

RÚBRICAS	DADOS DO SECTOR			QUOTA DE BISTP*		
	2016	2017	ATÉ SET.18	2016	2017	ATÉ SET.18
Crédito líquido (Mil STN)	1.274.799	1.266.607	1.428.877	49%	54%	59%
Depósito (Mil STN)	2.577.053	2.676.814	2.932.024	73%	72%	73%
Fundos Próprios (Mil STN)	996.238	908.214	913.129	37%	40%	43%
Ativo Total (Mil STN)	4.430.320	3.988.076	4.264.374	52%	59%	62%
Balcões	21	21	20	57%	57%	60%
ATM	27	32	32	74%	75%	75%

Fonte dos dados: www.bcstp.st

* Cálculo da quota feito pelo BISTP

RÚBRICAS	RÁCIOS DO SECTOR			RÁCIOS DO BISTP**		
	2016	2017	ATÉ SET.18	2016	2017	SET. 2018
Solvabilidade*	27,81%	33,29%	31,18%	24,10%	24,72%	22,99%
Peso do cré. mal parado	27,08%	24,85%	17,88%	25,85%	24,74%	20,29%
ROE	-0,19%	-2,75%	3,22%	8,94%	10,81%	10,77%
Cost-to-income	81,20%	74,72%	72,54%	72,66%	64,87%	61,03%
Liquidez Geral*	70,68%	57,91%	63,56%	66,70%	67,08%	65,67%

Fonte: www.bcstp.st

*Nível Regulamentar: Solvabilidade: $\geq 12\%$ Liquidez Geral $\geq 20\%$ **Cálculo feito pelo BISTP



5. Estratégia de Negócio e presença geográfica do BISTP

5.1 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O BISTP prosseguiu em 2018 a sua trajetória de negócio, assente numa intermediação financeira orientada para clientes Particulares, Empresas e Instituições, tendo o alcance de “Excelência” como um ideal.

Com o estatuto de Banco Comercial e de Investimento obtido em julho de 2017, deu-se início a um processo de transformação importante e necessário para o banco agregar mais valores ao seu modelo de negócio através da realização de operações de maturidades mais dilatadas, possibilitando às empresas e às famílias poderem realizar os seus projetos de investimento a médio e longo prazo.

Os bons resultados que o banco tem vindo a registar ao longo dos anos e de forma consolidada é revelador de um modelo de negócio e de uma atuação estratégica que se ajustam às mutações e aos desafios do setor financeiro.

Assim, ciente da importância contínua de elevação dos seus serviços aos melhores padrões internacionais, na persecução de “Excelência” como um ideal, para o conjunto de factores que concorrem para a perenidade do negócio, o Banco, no ano de 2018, deu continuidade às ações que visavam melhorias ao nível Comercial, Tecnológico, Processos Internos e Instalações e Recursos Humanos.

Comercial: Foi dada continuidade à filosofia de ação comercial de proximidade por via de visitas, promoção de contactos regulares via e-mail e telefone. Em resultado desta filosofia de atuação tem sido possível melhorar o entendimento sobre as mutações que vão ocorrendo no mercado em termos de necessidade dos clientes, bem como a natureza de comunicação comercial que melhor permite ao

Banco chegar de forma eficiente ao seu público alvo.

Assim, foi também possível neste ano estabelecer novos protocolos com instituições públicas e privadas, geradores de sinergias positivas para todas as partes concernentes. Foi de igual modo lançado um novo produto “Crédito Inclusivo” para o segmento de particulares com rendimentos mais modestos (assalariados e trabalhador por conta própria), estruturado para permitir que os clientes que se enquadram neste segmento possam, por via deste produto financeiro, obter recursos a *pricing* diferenciando do standard, para irem, gradualmente, melhorando as suas condições de vida e assim se promover uma maior inclusão financeira.

O crescimento da carteira de crédito neste ano, tanto em número como em montantes, é, certamente, decorrente da estratégia definida e das ações comerciais e de marketing realizadas.

Com o propósito de melhorar cada vez mais a estratégia comercial e marketing, e permitir uma oferta mais diversificada e ajustada aos diferentes segmentos de clientes que vão surgindo, foi proposta uma nova segmentação de clientes neste ano.

Dando continuidade às ações de disseminação de uso de cartão de débito, à imagem de 2017, foi promovido uma campanha “Compra fácil, é com cartão do BISTP”, com prémios aliciantes sorteados através dos recibos dos TPA’s/POS das compras feitas pelos clientes nas diferentes Casas comerciais, que abraçaram a campanha promovida pelo Banco.

Processos Internos e Instalações: O Banco identificou no seu plano de

atividade de 2018 a revisão e melhorias dos seus processos internos como essencial para tornar a instituição mais eficiente, capaz, por um lado de acompanhar rapidamente as mudanças no setor financeiro do ponto de vista concorrencial, e por outro, cumprir com as exigências regulamentares nacional e internacional do setor. Até ao final de 2018, algumas ações foram realizadas visando dotar o Banco de mais manuais de procedimentos e atualização dos existentes, melhorar a eficiência do circuito de determinados serviços (abertura de conta, créditos e outros serviços), e reforço da capacidade institucional, em particular ao nível do controlo interno. Não foi possível concluir todas as atividades programadas neste âmbito para este ano, mas, é expectável que em 2019 seja alcançada a meta fixada nesta primeira fase.

No que toca a melhoria das instalações, realça-se o facto de projetar a criação de maior conforto e privacidade ao nível do atendimento, tendo o banco procedido à requalificação de algumas áreas de atendimento ao público em algumas agências.

Recursos Humanos: Sendo o capital humano a essência de todo o desempenho do Banco, a formação e capacitação é indissociável da dinâmica de transformação que se quer imprimir no banco, em particular ao nível das novas exigências ao nível nacional e internacional no que toca ao controlo interno. Neste sentido, tem-se promovido, além de investimentos em equipamentos e softwares de apoio às funções de Compliance, formações sobre a política de prevenção ao branqueamento e financiamento de terrorismo, sendo essa mais abrangente e transversal a toda organização, formação/estágio mais específico na CGD para o responsável da gestão de risco. Para reforçar as competências internas ao nível do controlo interno e promover uma efetiva implementação, foi desenhado em 2018 um programa de

formação mais abrangente para as três principais áreas de controlo interno (Compliance, Auditoria e Gestão de Risco) cuja aplicação foi agendada para 2019.

Um dos objetivos centrais do plano de formação contínua reside na vontade de dotar os colaboradores de conhecimentos mais atuais e específicos, visando a melhoria do seu desempenho no cumprimento das suas atividades, alinhar as ações do colaborador com os objetivos do Banco, e, permitir o desenvolvimento pessoal e profissional.

Tecnologia: Em linha com as preocupações prementes de satisfação das necessidades dos clientes, foi promovido o desenvolvimento do site e do serviço internet banking, conferindo a este último a valência de permitir ao cliente (utilizador) processamento de ficheiros de pagamento de ordenados de forma independente. Foram igualmente criadas as condições para que a segmentação de clientes fosse possível, em linha com a perspectiva de assegurar o melhor conhecimento de negócio e de cada segmento de clientes. Na lógica de maior automatização de processos visando ganhos de eficiência, foi realizado a integração do swift com o sistema operativo, tendo reduzido um importante de volume de trabalho manual que era feito ao nível deste processo. Foi melhorada o site DR (Disaster Recovy), o que implicou não só a transferência para um local de maior segurança, mas também a melhoria de comunicação entre as diferentes máquinas.

A vontade inequívoca de poder continuar a gerar confiança e satisfação dos clientes na marca BISTP, tem levado o banco a encarar todos os desafios que se colocam ao setor financeiro nacional, em particular à banca, de forma muito séria, e a se esforçar para responder de forma cabal a todos eles de forma eficiente e dentro da ética, do rigor profissional e prudencial. O reflexo da

conduta do banco tem sido espelhado na evolução positiva da sua atividade ao longo dos anos a partir dos seus indicadores de solidez, liquidez e rendibilidade.

Estes são uns dos motivos que levam o Banco a manter-se fiel aos seus valores fundamentais (ética, rigor, prudência, transparência e profissionalismo) e à persecução de “Excelência” nas suas diversas áreas, de forma a fortalecer cada vez mais a confiança dos diferentes stakeholders na marca BISTP e a melhorar o índice de satisfação dos clientes em cada relação estabelecida com o Banco.

5.2 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAL DE DISTRIBUIÇÃO

Na qualidade da instituição bancária líder e a mais antiga no setor financeiro, o BISTP tem, naturalmente, o interesse de continuar a estender os serviços financeiros por todo o país. Contando atualmente com uma rede de 12 agências e 24 ATM e 113 TAP/POS, o BISTP procura ir cada vez mais longe, levando os seus serviços bancários cada vez mais próximo da população. A redução do número de pessoas sem acesso ao serviço financeiro tem sido, também, um dos principais motivos de expansão da sua rede por todo o país.

No ano de 2017 o banco tinha inaugurado 4 áreas automáticas, contendo cada uma no seu interior uma ATM, sendo 1 na cidade de Angolares (Distrito de Caué), 1 na cidade de Neves (Distrito de Lembá), 1 na cidade Guadalupe (Distrito de Lobata) e 1 no Aeroporto (Distrito de Água - Grande). Com as atuais 12 agências e 24 ATM, o BISTP apresenta uma quota de mercado respetivamente de 60% e 75%.

O Banco continua a considerar que o aumento do nível de “bancação” da população está intrínseca à missão do banco, que é a de promover a melhoria da situação económica e social dos santomenses, permitindo que a maioria da população possa beneficiar das vantagens que oferecem os serviços financeiros.

Por isso, o BISTP mantém a sua ambição de, paulatinamente, ir alargando a sua presença geográfica para os restantes Distritos, pelo aumento de parque de ATM's, TPA/POS's e por via digital (Internet-Banking), sendo que estes vêm-se assumindo como um canal privilegiado no estabelecimento da relação imediata e direta do cliente com o Banco, mas também pelo aumento, caso venha a justificar, de mais Agências.



6. Principais áreas de negócio do BISTP em 2018

6.1 BANCA DE RETALHO: PARTICULARES

No ano de 2018, o segmento de Particulares ficou marcado por uma forte dinâmica de captação e retenção de clientes, que permitiu o crescimento do volume de crédito. Esta dinâmica foi conseguida através da continuidade da estratégia de comunicação e comercialização mais direta, iniciada em 2017, que levou a assinatura de novos acordos de parcerias com casas comerciais e protocolos com empresas e instituições.

As áreas comerciais, com base nas orientações definidas no plano de atividade programado, mantiveram o foco, na captação de novos negócios e de retenção de clientes com potencial de negócios com vantagens estratégicas para o Banco.

Assim, o segmento de particulares conheceu um crescimento na ordem de 13,25% no volume de crédito, e representava 49,36% do crédito global do banco, contra 51,80% em 2017, sendo que esta redução de peso de 2,44 pontos percentuais resulta de um maior crescimento do crédito às empresas e instituições.

A carteira de depósitos para este segmento, conheceu um crescimento marginal tendo variado em +0,7%, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) caísse para 45,17%, sendo um recuo em 4,1 pontos percentuais face a 2017.

Não obstante a redução do peso dos clientes particulares no volume de crédito e depósitos, passando a ter um peso combinado (Créditos e Depósitos) de 46,55% sobre o total da carteira de crédito e depósitos do banco, este segmento tem uma importância significativa na atividade e na estratégia do banco na diversificação do risco.

Neste sentido as áreas comerciais realizaram várias visitas visando a auscultação, prospeção de novas possibilidades de negócios e a divulgação de forma mais direta dos produtos e serviços do banco. Em consequência destas ações, também foi possível estabelecer protocolos com diversas instituições e empresas, com condições mais apelativas para os clientes e não clientes com vínculo laboral com essas entidades, o que tem permitido captar e fidelizar clientes.

Depósitos

Os depósitos neste segmento registaram um crescimento muito ténue, sendo que este crescimento decorre de uma redução dos depósitos à ordem em -3,3%, ao passo que os depósitos a prazo crescerem +8,76%.

Apesar do BISTP manter uma taxa de remuneração dos depósitos a prazo baixa, em comparação com a concorrência, ainda assim, os depósitos a prazo cresceram.

PARTICULARES (CARTEIRA DE DEPÓSITOS DE CLIENTES)				VARIAÇÃO	
Depósitos de Clientes (excluídos juros a pagar)	2016	2017	2018	17.VS.16	18.VS.17
Depósitos a Ordem	705.129.707	634.655.094	613.728.229	-9,99%	-3,30%
Depósitos a Prazo	323.233.811	313.697.763	341.177.707	-2,95%	8,76%
Total de Depósitos de Clientes	1.028.363.51	948.352.857	954.905.936	-7,78%	0,69%

Montante em STN

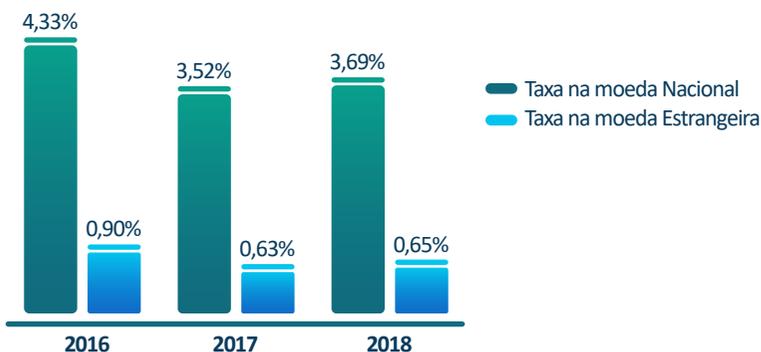
Assim, nota-se que os de depósitos neste segmento fixaram-se em mSTN 954.905, traduzindo-se num crescimento de mSTN + 6.553 face a 2017, ou seja +0,69%.

Apesar da queda dos depósitos à ordem (-3,30%) face a 2017, os depósitos à ordem têm um peso de 64,27% no total dos depósitos neste segmento, contra

35,73% dos depósitos a prazo.

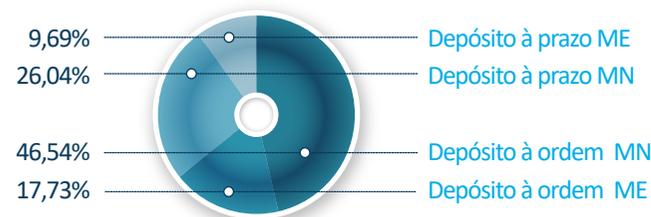
Relativamente aos depósitos a prazo, verifica-se um crescimento na taxa de captação em 2018 na ordem de 4,72%, quando comparado com 2017. Apesar de se manter uma taxa de captação abaixo da inflação, os depósitos a prazo conheceram um crescimento, evidenciando, certamente, maior sensibilidade deste segmento ao fator segurança, ou seja, os clientes deste segmento apresentam um perfil de clientes que privilegia a segurança dos seus depósitos.

Taxa de Captação (Média Ponderada)



No que toca à composição dos depósitos por de moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (72,58% do total dos depósitos) face ao depósito em moeda estrangeira (27,42%).

Peso dos depósitos por moeda



A captação e fidelização de novos depósitos, em particular deste segmento, que aparenta ser mais estável, tem sido o foco do BISTP, nas suas ações comerciais e de marketing. Todavia, um acompanhamento da evolução das taxas de remuneração dos depósitos com vista à obtenção de *funding* com custo mais ajustado à capacidade de rentabilização dos mesmos no mercado, estará no centro da estratégia de captação e retenção dos depósitos.

Crédito

O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2018, conheceu uma expansão na ordem de 13,25% face a 2017, correspondendo a um crescimento em termos absolutos de + mSTN 59.791.

CARTEIRA DE CRÉDITO (EXCLUÍDOS JUROS A RECEBER)	2016		2017		2018		VARIÇÃO HOMÓLOGA			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	17 Vs.16		18 Vs.17	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	4.695	346.217.502	5.029	372.636.158	5.097	436.884.246	7,1%	7,6%	1,4%	17,2%
Crédito Irregular	109	74.583.397	129	76.985.624	136	72.692.211	18,3%	3,2%	5,4%	-5,6%
Descobertos	1.232	889.419	915	1.572.195	1.186	1.408.508	-25,7%	76,8%	29,6%	-10,4%
Total da Carteira de Créditos	6.036	421.690.317	6.073	451.193.977	6.419	510.984.964	0,6%	7,0%	5,7%	13,25%

Montantes em STN

O crescimento da carteira neste segmento foi sustentado pelo crescimento do crédito em situação regular que conheceu uma expansão de 17,2%, face a 2017, sendo que os outros créditos a particulares que em regra geral destinam-se a obras de melhoria e conclusão de

habitação foram o que mais contribuíram para este crescimento, tendo registado uma variação de 43,5%. Esta evolução reflete a continuidade de uma estratégia de abordagem comercial incisiva feita pela força comercial do banco ao longo de 2018.

CARTEIRA DE CRÉDITO - REGULAR						VARIÇÃO				
Carteira de Crédito	2016		2017		2018		17 Vs.16		18 Vs.17	
Crédito Regular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Habitação c/ Garantia										
Hipotecária	153	121.011.659	149	111.972.907	169	117.774.601	-2,6%	-7,5%	13,4%	5,2%
Consumo	2.239	69.791.481	2.674	84.759.138	1.525	67.959.472	19,4%	21,4%	-43,0%	-19,8%
Automóvel	26	4.652.614	14	2.349.313	10	1.835.906	-46,2%	-49,5%	-28,6%	-21,9%
Saúde	10	878.316	12	876.243	16	1.447.732	0,2	-0,2%	33,3%	65,2%
Outros a particulares	2.267	149.883.432	2.180	172.678.557	3.377	247.866.535	-3,8%	15,2%	54,9%	43,5%
Total Crédito Regular (1)	4.695	346.217.502	5.029	372.636.158	5.097	436.884.246	7,1%	7,6%	1,4%	17,2%

Montantes em STN

Apesar da evolução positiva do crédito habitação com garantia hipotecária, a dificuldade relacionada com a obtenção e legalização de terrenos por parte de pessoas singulares tem concorrido para a evolução abaixo do expectável do crédito à habitação, apesar das melhorias feitas ao produto em termos de *pricing* e prazos para melhor se ajustar à necessidade dos clientes. O aumento do nível de propaganda comercial tem tornado possível o aumento do volume deste crédito.

As ações realizadas visando o acompanhamento e recuperação dos créditos quando estes estão em incumprimento, têm sortido os seus efeitos, apesar de uma conjuntura económica adversa. Os esforços desencadeados pelo Gabinete de Recuperação de Crédito em estreita cooperação com o Gabinete Jurídico, e pela via de acordos extra-judiciais, têm resultado na recuperação/amortização de créditos em atraso e em contencioso, havendo perspectivas de se poder continuar a recuperação gradualmente destes créditos no futuro. Ainda assim, importa salientar que a dificuldade de resolução em tempo útil dos processos de crédito malparado que se encontram ao nível dos tribunais, não favorece um melhor nível de recuperação.

CARTEIRA DE CRÉDITO - IRREGULAR						VARIAÇÃO				
Carteira de Crédito	2016		2017		2018		17 Vs.16		18 Vs.17	
Crédito Irregular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias										
Habituação com Garantia										
Hipotecária	12	13.562.327	18	18.947.521	16	20.798.454	50,0%	39,7%	-11,1%	9,8%
Consumo	20	994.876	3	1.339.220	23	521.299	-85,0%	34,6%	666,7%	-61,1%
Automóvel	1	216.989	37	844.240	2	1.153.163	3600,0%	289,1%	-94,6%	36,6%
Saúde		-		-	1	59.259	-	-	-	-
Outros	28	21.368.744	32	27.596.273	57	25.964.432	14,3%	29,1%	78,1%	-5,9%
Total de créditos com atrasos > 90 dias	61	36.142.934,97	90	48.727.255,24	99	48.496.606,64	7,5%	34,8%	10,0%	-0,5%
Contencioso										
Habituação com Garantia										
Hipotecária	9	6.452.611	5	5.421.037,36	3	2.257.739,10	-44,4%	-16,0%	-40,0%	-58,4%
Consumo	11	4.201.571	10	3.467.583,46	9	3.555.023,12	-9,1%	-17,5%	-10,0%	2,5%
Outros	28	27.786.279	24	19.369.747,49	25	18.382.841,99	-14,3%	-30,3%	4,2%	-5,1%
Total de créditos em contencioso	48	38.440.462	39	28.258.368,31	37	24.195.604,21	-18,8%	-26,5%	-5,1%	-14,4%
Total Crédito Irregular (2)	109	74.583.397	129	76.985.623,55	136	72.692.210,85	18,3%	3,2%	5,4%	-5,6%

Montantes em STN

tendo passado de mSTN 28.258 para mSTD 24.196. O banco tem mantido uma política de provisão muito prudente e rigorosa, razão pela qual, e apesar da redução de crédito em atraso e contencioso por via de recuperações, a cobertura de crédito irregular pela provisão para cobrança duvidosa, cresceu, tendo passado de 80% em 2017 para 84%, estando a cobertura em níveis bastante confortáveis neste segmento.

Relativamente à evolução de crédito por de moeda, a estratégia continua sendo a de ajustar a moeda em que o financiamento é concedido ao cliente à moeda de rendimento do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes é na moeda local, tem-se registado um maior peso do crédito na moeda local em detrimento da moeda estrangeira.

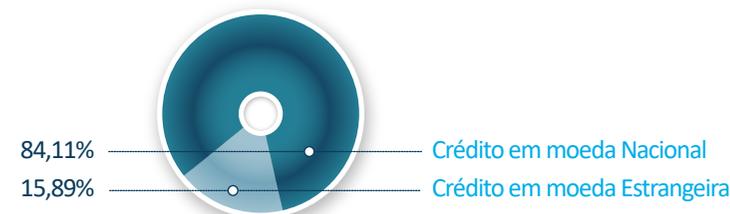
Da análise da evolução da qualidade do crédito neste segmento destacam-se os seguintes aspetos:

(a) Redução do peso do crédito irregular no total de crédito deste segmento, passando de 17,1% em 2017 para 14,2% em 2018.

(b) Redução ligeira da cobertura do crédito total (Regular e Irregular) pela provisão, neste segmento, situando-se em 13,9% (dezembro 2017: 15,6%), justificado pela redução de crédito em situação irregular.

(c) O crédito em atraso a mais de 90 dias fixou-se em mSTD 48.496, contra mSTN 48.727 em 2017, ou seja, uma redução de -0,5%. O crédito em contencioso também caiu em -14,4%,

Peso dos créditos por moeda



6.2 BANCA CORPORATIVA: EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

Em 2018 o sector empresarial ainda apresentava-se muito incipiente. Contudo, conservamos a convicção que existe potencial de crescimento e diversificação do setor empresarial nacional. É neste quadro que o BISTP deu sequência à orientação estratégica de afirmação da sua liderança neste segmento, através de encarteiramento e de um acompanhamento personalizado dos clientes, assegurado pelos gestores, que vão procurando estabelecer, através de uma abordagem integrada das necessidades empresariais e particulares dos seus clientes, uma relação positiva e duradoura entre o banco e o cliente.

Apesar de dificuldades financeiras sentidas, em particular pelo Estado na qualidade do principal agente económico e maior dinamizador da economia, por razões já mencionadas, tanto as Instituições do Estado, como empresas públicas e privadas sentiram maior necessidade de se financiarem junto ao setor bancário nacional em 2018, para darem continuidade às suas atividades quer de investimento na modernização e expansão, quer de exploração corrente. O que levou ao crescimento, não só da carteira de crédito neste segmento, mas também da carteira de depósitos.

O segmento Empresas e Instituições tinha um peso respetivamente de 50,6% e 54,8% do total da carteira de crédito e de depósito em 2018.

Depósitos

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2018 um crescimento na ordem de 18,91%, representando um incremento de mSTN 184.311, sustentado pelo crescimento em 11,37% dos depósitos à ordem e pelos de depósitos prazo em 667,09%.

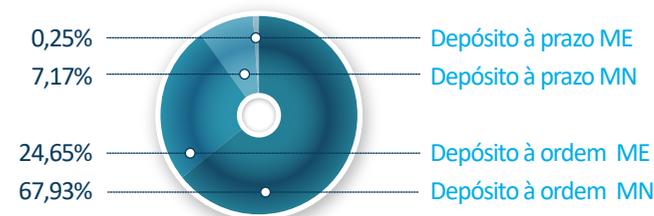
O significativo crescimento dos depósitos a prazo justifica-se pela constituição de novos depósitos a prazo, em particular pelos grandes depositantes deste segmento. Esta variação, tendo o peso desses depósitos passado de 1,15% em 2017 para 7,42% em 2018, evidencia muita concentração e pouca estabilidade dos depósitos a prazo neste segmento.

Segmentação de depósitos por tipo

EMPRESA (CARTEIRA DE DEPÓSITOS DE CLIENTES)				VARIÇÃO	
	2016	2017	2018	17.VS.16	18.VS.17
Carteira de Depósitos (excluído os juros a pagar)					
Depósitos a Ordem	791.663.153	963.680.080	1.073.217.340	21,73%	11,37%
Depósitos a Prazo	52.714.617	11.208.850	85.982.434	-78,74%	667,09%
Total de Depósitos de Clientes	844.377.770	974.888.930	1.159.199.775	15,46%	18,91%

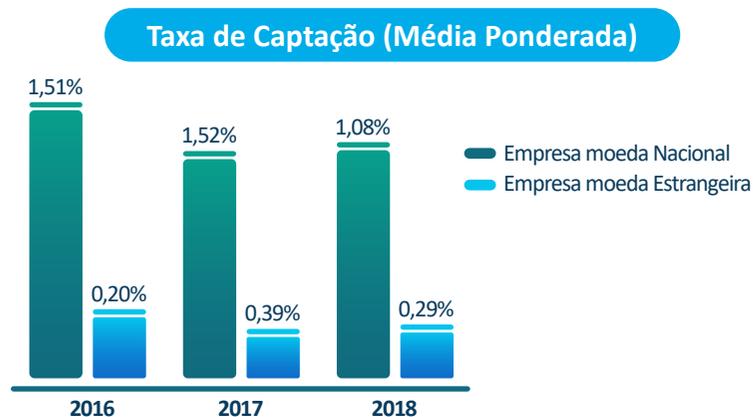
No que se refere à composição dos depósitos por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional representam 75,10% do total dos depósitos, contra 69,75% em 2017.

Peso dos depósitos por moeda



As taxas de captação têm vindo a cair para este segmento, ajustando-se à situação de excesso de liquidez no mercado e reduzido escopo de alternativas para rentabilizar esses recursos a risco reduzido. Os depósitos a prazo deste

segmento são mais voláteis e tendem, geralmente, a procurar melhores rentabilidades.



Crédito

O crédito à economia conheceu crescimento de 24,89%, o que em termos absolutos representou um crescimento de mSTN 104.472. Esta evolução vem evidenciar que, apesar da conjuntura adversa, o BISTP tem dado uma atenção particular a este segmento, procurando soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico de um modo geral e à situação de cada empresa, em particular.

CARTEIRA DE CRÉDITO (EXCLUÍDOS JUROS A RECEBER)	2016		2017		2018		VARIÇÃO HOMÓLOGA			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	17 Vs.16		18 Vs.17	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	100	199.803.574	99	210.764.596	77	217.072.274	-1,0%	5,5%	-22,2%	3,0%
Crédito Irregular	38	129.674.138	35	139.974.544	45	172.776.670	-7,9%	7,9%	28,6%	23,4%
Descobertos	37	36.516.212	37	69.140.104	26	134.375.190	0,0%	89,3%	-29,7%	94,4%
Total da Carteira de Créditos	175	365.993.924	171	419.879.245	148	524.224.134	-2,3%	14,7%	-13,5%	24,85%

Montantes em STN

O crédito regular neste segmento conheceu um crescimento na ordem 3,1%, sustentado, essencialmente, pelos créditos concedidos às empresas e instituições públicas.

Carteira de Crédito	CARTEIRA DE CRÉDITO - REGULAR						VARIÇÃO			
	2016		2017		2018		17 Vs.16		18 Vs.17	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular										
Comercio	49	67.821.575	43	53.504.583	34	48.709.552	-12,2%	-21,1%	-20,9%	-9,0%
Construção	10	48.766.362	14	25.717.068	7	43.673.189	40,0%	-47,3%	-50,0%	69,8%
Serviços	31	18.948.154	33	14.853.629	23	15.849.338	6,5%	-21,6%	-30,3%	6,7%
Agricultura	3	3.329.875	3	3.698.997	5	2.489.711	0%	11,1%	66,7%	-32,7%
Outros (Instituições Públicas e outras empresas)	7	60.937.608	6	112.863.237	8	106.350.483	-14,3%	85,2%	33,3%	-5,8%
Total Crédito Regular	100	199.803.574	99	210.637.514	77	217.072.274	-1,0%	5,4%	-22,2%	3,1%

Montantes em STN

O crédito ao setor da construção conheceu um maior crescimento (69,8%), resultante de maior necessidade verificada pelas empresas que operaram no setor de construção de recorrerem ao financiamento bancário para aplicarem, na sua grande maioria, na execução de obras públicas. Ao passo que o setor de comércio conheceu uma contração (-9,0%) resultado de um mercado pouco animador em termos de dinâmica económica e marcado por aumento de taxas aduaneiras que têm pesado sobre o volume de importação e faturação das empresas.

CARTEIRA DE CRÉDITO - IRREGULAR							VARIAÇÃO			
Carteira de Crédito	2016		2017		2018		17 Vs.16		18 Vs.17	
Crédito Irregular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias										
Comercio	11	48.200.923	5	15.373.407	13	65.040.573	-54,5%	-68,1%	160,0%	323,1%
Construção	4	3.789.722	2	1.344.389	2	326.315	-50,0%	-64,5%	0,0%	-75,7%
Serviços	2	2.522.539	3	2.084.788	3	907.449	50,0%	-17,4%	0,0%	-56,5%
Agricultura	3	1.352.687	1	1.341.930	2	1.339.729	-66,7%	-0,8%	100,0%	-0,2%
Outros					2	250.435				
Total de créditos com atrasos > 90 dias	20	55.865.870	11	20.144.513	22	67.864.500	-45,0%	-63,9%	100,0%	236,9%
Contencioso										
Comercio	11	39.396.867	14	81.758.666	14	67.945.526	27,3%	107,5%	0,0%	-16,9%
Construção	2	23.013.829	3	23.523.756	2	23.120.326	50,0%	2,2%	-33,3%	-1,7%
Serviços	2	826.804	4	3.880.017	5	9.307.058	100,0%	369,3%	25,0%	139,9%
Outros	3	10.570.768	3	10.667.592	1	4.354.572	0,0%	0,9%	-66,7%	-59,2%
Total de créditos em contencioso	18	73.808.268	24	119.830.031	23	104.912.170	33,3%	62,4%	-4,2%	-12,4%
Total Crédito Irregular (2)	38	129.674.138	35	139.974.544	45	172.776.670	-7,9%	7,9%	28,6%	23,4%

Montantes em STN

O crédito irregular conheceu em 2018 um crescimento (+23,4%). Este crescimento foi essencialmente sustentado pelo sinal de deterioração de créditos de algumas empresas. Em alguns casos, mesmo estando os créditos em situação regular, o banco, em fase de sinais de possível deterioração de certos créditos a curto prazo, procedeu ao agravamento da provisão para níveis de risco elevado e, conseqüentemente procedeu à reclassificação desses créditos para a categoria de créditos de cobrança duvidosa (irregular). Daí, encontra-se a explicação para o importante aumento (+236,9%) de crédito em atraso acima de 90 dias.

Também importa referir que o elevado número de empresas operando neste sector, associado à elevação dos custos aduaneiros e ao fraco poder de compra da população, também concorre para deterioração financeira de algumas empresas comerciais.

Ao nível dos créditos em contencioso, denota-se que os contínuos esforços visando a recuperação de créditos, traduziram-se, neste ano, na redução em -12,4% do contencioso, decorrente da amortização parcial ou total de alguns créditos.

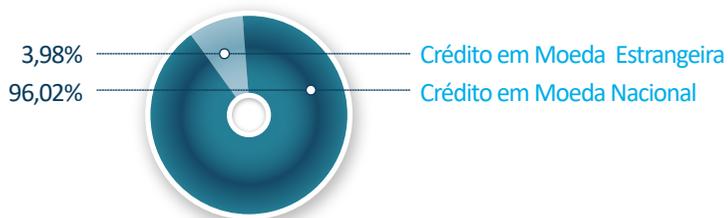
No tocante à qualidade da carteira, salienta-se que apesar dos esforços investidos num melhor acompanhamento e recuperação de crédito, as condições do mercado (fraca atividade económica) e judiciais (excesso de morosidade no tratamento judicial dos contenciosos) condicionam melhores resultados em termos de recuperação dos créditos em situação irregular, em particular dos créditos em contencioso. Assim, o peso do crédito irregular sobre o total de crédito neste segmento ainda é elevado (33,0%)

Os sinais de possível deterioração da carteira de crédito neste segmento levaram ao reforço, prudencial, de provisão para os créditos irregulares em mSTN 23.184, passando de mSTN 132.488, em 2017 para mSTN 155.673, em 2018, o que representa uma variação na ordem de 17,50%. As provisões constituídas para os créditos de cobrança duvidosa cobrem em 90,1% do total de crédito classificado nesta categoria, evidenciando a prudência do banco na sua política de risco de crédito.

No tocante à composição de crédito por moeda, nota-se que em 2018, o crédito em moeda nacional tinha um peso de 96,0% contra 93,7% em 2017. Esta clara ascendência na concessão de crédito em moeda nacional resulta da vontade

do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas, também, para reduzir a exposição do banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

Peso dos créditos por natureza de moeda



6.3 BANCA ELETRÓNICA (CARTÃO DE DÉBITO E E-BANKING)

Cartão de Débito – “Dobra 24”

No âmbito da política de massificação da banca eletrónica, o Banco continua promovendo a subscrição do cartão de débito e da internet banking no ato de abertura de conta. Também tem sido através de venda cruzada, em particular com as operações de crédito, que vai-se gradualmente aumentando o número de clientes utilizadores da banca eletrónica.

A disseminação do cartão está também muito associada ao nível de disponibilidade quer de ATM quer de TPA/POS. Apesar de alguma relutância dos comerciantes na adesão ao TPA/ POS, em alguns dos casos por razões mera resistência à mudança e noutras por questão do custo associado, tem sido possível aumentar paulatinamente o número de POS no mercado.

Cartões de Débito (número)



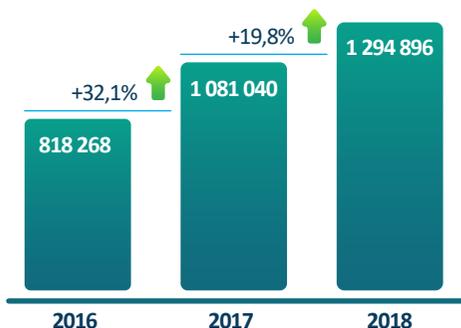
TPA/POS (número)



Ainda no que concerne à promoção visando o maior uso dos cartões, à imagem de 2017, o Banco lançou no mês de dezembro uma campanha “Compra Fácil, é com cartão BISTP” de incentivo ao uso de cartões de débitos nas compras, tendo-se registado nesta ocasião um crescimento significativo de transações com cartões realizadas nos TPA/POS.

Com o efeito dessas campanhas, com o aumento do número de POS, com uma boa cobertura de parques de ATM e aumento do número de cartões de débito, estamos a registar um aumento anual tanto do número como no volume de transações. O número total de transações efetuadas nas ATM e TPA/POS foram de 1.294.896, representando um crescimento de 19% e o volume transacionado foi de mSTN 908.682, isto é, mais 24,6% que no ano de 2017.

Número de Transações (ATM e POS)



Volume de Transações (ATM e POS)



de um ficheiro de forma automática e autónoma.

Contratos e-Banking



Além deste serviço oferecer maior comodidade ao cliente, tem o grande potencial de ir permitindo ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência dos clientes ao balcão para realizarem operações de levantamento, transferências e consultas de saldos e de movimentos na conta.

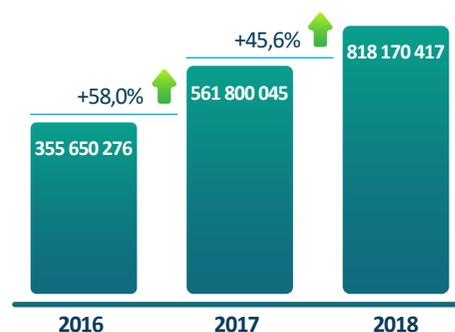
Para continuar a responder à procura cada vez mais crescente dos meios de pagamento automático (ATM e TPA/POS), em face da manutenção da política de massificação do número de cartões de débito, o BISTP tem ambição de ir aumentando o número de máquinas ATM e de TPA/POS.

E-banking (Kwa-Non)

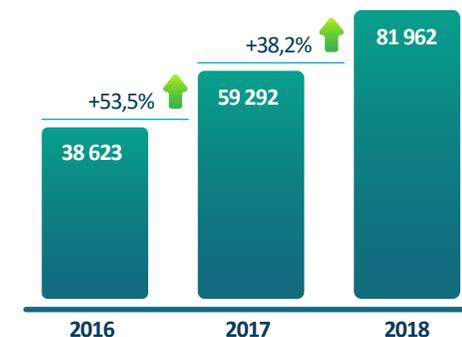
Tem-se registado, também, um crescimento tanto no número de contratos de subscrição do serviço de internet banking, como no número de transações.

Em 2018 foi acrescida mais uma funcionalidade ao serviço, que permitirá os clientes, em particular empresas, pagarem os salários por via de processamento

Volume de Transações (em STN)



Número de Transações





7. Princípios de Gestão de Risco

O ano 2018 ficou marcado pela preparação da nova dinâmica que se quer atribuir ao Sistema de Controlo Interno do Banco, visando responder às exigências do sistema financeiro, quer seja a nível nacional, quer seja internacional. Por conseguinte, o BISTP, sendo uma instituição financeira de cariz internacional, está sujeita a riscos de diversas naturezas relacionados com o desenvolvimento da sua atividade.

Dessa dinâmica vai resultar (com efeitos já no 1º trimestre de 2019) na criação de um comité independente (Comité de Auditoria e Controlo Interno – CACI) e um conjunto de normativos/políticas com o objetivo de melhorar a identificação, avaliação e o acompanhamento de todos os riscos a que o Banco se encontra exposto, quer seja interna ou externamente, assegurando desse modo que os mesmos se mantenham dentro dos limites de tolerância ao risco predefinidos pelo órgão de Administração do Banco.

Dentro dessa dinâmica, os gabinetes de Gestão de Riscos, Auditoria Interna, e Compliance assumem um papel preponderante, porquanto:

Gabinete de Gestão de Riscos (GGR)

Enquanto órgão de estrutura de primeiro nível da estrutura orgânica do Banco, faz a coordenação e gestão dos riscos do Banco e reporta diretamente à Comissão Executiva. Por conseguinte, o acompanhamento permanente e gestão dos riscos continuam a ser as principais preocupações da Comissão Executiva, com principal relevância para o risco de crédito que assume um papel principal face à dimensão e atividade desenvolvida pelo BISTP.

Risco de crédito - O risco de crédito encontra-se associado às perdas e grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações. No ano de 2018 verificou-se uma ligeira degradação

da qualidade do crédito, muito suportada pela conjuntura, e que se consubstanciou no Banco através do agravamento dos custos com provisão face a dezembro de 2017.

Dada a natureza da atividade bancária o Risco de Crédito reveste-se de uma importância especial, face à sua materialidade.

O Banco pretende implantar um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito, que abrange todos os segmentos de clientes que deverá ser ativo tanto no momento da concessão de crédito como na monitorização do risco ao longo da vida das operações.

Este processo contempla um modelo de provisão que decorre da análise individual da carteira de crédito onde se analisam clientes que apresentam responsabilidades em situação de incumprimento há mais de 30 dias.

Risco de Mercado - O risco de mercado traduz-se em impactos negativos potenciais em resultados ou no capital da instituição decorrentes de movimentos desfavoráveis do preço dos ativos em carteira, surgindo, por isso, da incerteza sobre a flutuação dos preços e taxas de mercado como sejam preços de ações e índices, ou taxas de juro ou câmbio, ou ainda preço de mercadorias, e sobre o comportamento das correlações entre os mesmos.

Em face da especificidade do nosso mercado, na carteira de negociação e de investimento as aplicações são na sua maioria realizadas em títulos de dívida pública (Bilhetes de Tesouro). Não há no nosso mercado produtos estruturados nem mercado de derivados.

O Banco conta com normas e regras específicas para lidar com a problemática do risco de mercado.

Risco Liquidez - O risco de liquidez traduz-se na possibilidade de ocorrência de um desfasamento ou descompensação entre os fluxos monetários de pagamentos e de recebimentos, gerando uma incapacidade de cumprimento dos compromissos assumidos. Ou seja, em tal situação, as reservas e disponibilidades de uma instituição tornar-se-iam insuficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorressem.

O risco de liquidez no negócio bancário pode ter a sua origem em face de:

Dificuldades na captação de recursos para financiar os ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação, mas podendo implicar, também, uma restrição do crescimento dos ativos;

Dificuldades na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por mismatches significativos entre os prazos de vencimento residual de ativos e passivos.

A gestão do risco de liquidez no BISTP utiliza a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço. Para cada um dos diferentes intervalos estabelecidos, são evidenciados os volumes de “cash inflows” e “cash outflows” e calculados os respetivos “gaps” de liquidez.

A gestão do risco de liquidez incorpora ainda, a realização de exercícios de Stress Tests (Testes de Esforço) articulado com o plano de contingência de

liquidez existente, conforme os princípios e recomendações existentes.

Por outro lado, têm-se desenvolvido esforços no sentido de aumentar cada vez mais o buffer de liquidez, sobretudo por via de aplicações financeiras com elevado grau de conversão em liquidez.

Risco Operacional - O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes de inadequações ou falhas de processos, pessoas e sistemas de informação ou decorrentes de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Trata-se de um risco transversal aos vários processos desenvolvidos, sendo minimizado através da implementação dos adequados procedimentos de controlo e mitigação.

De acordo com as exigências regulamentares estabelecidas, no que respeita à gestão do Risco Operacional e à afetação de fundos próprios a este tipo de risco, o BISTP está a implementar as condições necessárias para assegurar o cumprimento dos respetivos requisitos, adotando o método “Indicador Básico”.

A nível organizacional estão implementadas estruturas que se dedicam a esta gestão, onde se destacam o Gabinete de Auditoria Interna (GAI), o Gabinete de Compliance (GCO) e o Gabinete de Gestão do Risco (GGR), áreas responsáveis pela gestão do risco operacional e controlo interno e a figura dos Process Owners (Donos dos Processos), aos quais compete o papel de facilitador e dinamizador no processo de gestão do risco operacional e controlo interno nos respetivos âmbitos de intervenção, caracterizando as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, contribuindo assim para o reforço dos mecanismos de controlo

e para a melhoria do ambiente de controlo interno.

Risco de Reputação - Risco decorrente de uma perceção negativa da imagem da instituição, fundamentada ou não, por parte dos stakeholders ou pela opinião pública em geral.

A reputação e a marca “BISTP” e de tudo o que simboliza constituem um dos maiores ativos do Banco, pelo que a sua gestão está nas atribuições da alta Administração do Banco e todos os seus trabalhadores.

A definição e implementação de uma estratégia que corrobora para a melhoria do posicionamento do Banco no mercado, a adoção do governo societário, a integridade do sistema de controlo operacional e das operações do Banco, bem como do seu quadro de pessoal constituem uma preocupação constante na orientação do Banco.

Pautando a sua atividade por princípios de ética, verdade, transparência, estabilidade e segurança no relacionamento com os clientes, o Código de Conduta foi alterado por estar em constantes atualizações e aprovado pelo Conselho de Administração (CA). Após a publicação foi disponibilizado a cada colaborador através do sistema interno de comunicação de normativos internos do Banco.

O BISTP tem contribuído massivamente para um desenvolvimento mais sustentável das comunidades, posicionando-se como “O motor de Desenvolvimento Económico e Social de STP”.

Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

No esquema organizativo do Banco, a Auditoria Interna funciona como um órgão autónomo do primeiro nível da estrutura orgânica, reportando diretamente à Comissão Executiva.

O ano de 2018 ficou marcado pela separação da função auditoria da função Compliance, tendo dado lugar ao GAI e GCO (Gabinete de Compliance), pois a função de auditoria deve ser totalmente independente de qualquer outro órgão de estrutura do Banco.

O GAI tem como principal missão:

- Fiscalizar a atividade de todos os órgãos de estrutura do Banco;
- Identificar atempadamente as áreas de maior e potencial risco;
- Realizar ações de auditoria a Agências e outros órgãos de estrutura;
- Identificar os pontos-chave de controlo e efetuar o seu ajustamento aos riscos inerentes a cada área, produto, serviço, operação ou órgão de estrutura auditado;
- Estudar e analisar as fraudes bancárias e controlar o correto movimento de capitais;
- Realizar inquéritos disciplinares;
- Assegurar a conformidade do normativo interno face às necessidades de qualidade na prestação do serviço e na eficácia dos procedimentos e cumprimento das obrigações institucionais e legais;
- Avaliar e controlar a funcionalidade das aplicações de suporte ao tratamento das operações;
- Adotar uma atitude pró-ativa e pedagógica na dinamização e divulgação

de práticas e procedimentos que permitam atingir os resultados estabelecidos, interagindo e cooperando com os auditados, propondo a introdução de alterações e novos procedimentos;

Assegurar a análise das reclamações de clientes que lhe forem cometidas pela Administração (xi) Colaborar com a auditoria externa.

As suas ações desenvolvem-se:

A partir do próprio Gabinete com averiguações de processos;

Análise das reclamações de clientes;

Através de ações de auditoria aos Balcões e Departamentos Centrais.

Gabinete de Compliance (GCO)

O Gabinete de Compliance (GCO) é um órgão de primeiro nível da estrutura orgânica do Banco BISTP, reportando diretamente à Comissão Executiva.

A função Compliance do Banco BISTP tem como principal missão:

Apoiar a Comissão Executiva do BISTP e os demais OE na definição de políticas e orientações gerais em matéria de risco de compliance e dos procedimentos necessários ao exercício do respetivo controlo;

Apoiar os demais OE do BISTP em matérias relacionadas com a gestão de risco de compliance;

Identificar, avaliar e monitorizar o risco de compliance no BISTP, em articulação com outros OE;

Reportar à Comissão Executiva do BISTP os resultados globais da avaliação do risco de compliance;

Coordenar, estabelecer e garantir a adequada execução dos procedimentos internos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em articulação com os OE do BISTP.

Todos os fatores que poderão pôr em risco o cumprimento de regras internas ou da regulamentação e a legislação em vigor são cuidadosamente tidos em consideração na atividade comercial e no desempenho das funções, cabendo, em particular, ao Compliance Officer identificar eventuais situações de risco e propor políticas corretivas.

O Ano de 2018 ficou marcado por uma forte intervenção ao nível das tecnologias de informação para suporte das atividades de Compliance e Branqueamento de Capitais, tendo sido implementada a aplicação de Profiling & Filtering (AML).



8. Recursos Humanos

O ano de 2018, ao nível do Capital Humano, ficou marcado por uma estratégia de manutenção das políticas de ajustamentos face ao contexto atual e aos novos desafios.

Sendo assim, o reforço de apoio às áreas de negócio, o reconhecimento do mérito, gestão do potencial, desenvolvimento das competências e melhoria das condições pessoal e profissional dos colaboradores constituíram as principais linhas estratégicas.

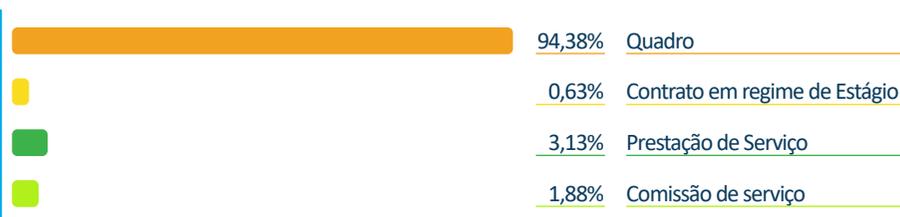
Neste ano, ao nível de processo de capacitação e alteração de procedimentos, realizou-se ações de formação em IAS/IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de relato Financeiro).

Ainda no ano 2018, realizou-se ações de formação/informação ao nível de Compliance /AML) e sobre ocorrências mais relevantes detetadas pela Auditoria Interna.

Distribuição por Vínculo Jurídico

Em 2018, o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 160 colaboradores, dos quais 3 em comissão de serviço, 5 em regime de prestação de serviço, 1 com contrato em regime de estágio e 151 com vínculo efetivo.

Vínculo jurídico do efectivos 2018



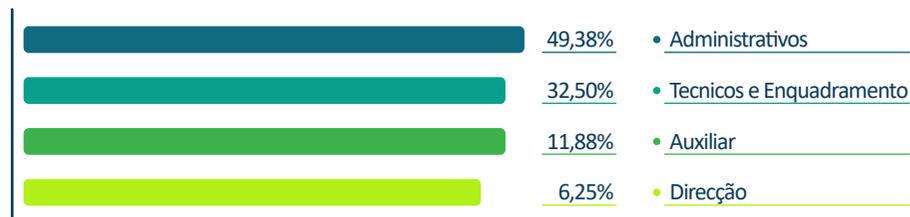
Evolução dos efectivos nos últimos 4 anos



Distribuição Funcional

De acordo com o novo Plano de Carreiras, os administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (79) e representavam 49,38% do total do efetivo. Os colaboradores do quadro técnico e com funções de enquadramento representavam cerca de 32,50% do efetivo. O grupo profissional com funções de direção (10 elementos) tinha uma representatividade de 6,25% do total do efetivo.

Efectivos por grupo profissional



Distribuição por género

Na distribuição por género, mantém-se a tendência percentual do ano anterior, sendo que o número dos empregados de sexo feminino é superior ao masculino (52,50%).



Distribuição por escalão etário

O escalão etário com maior número de empregados é o de 30 a 39 anos, situação análoga ao período homólogo anterior, em 2018 representavam 52% dos efetivos do BISTP.



Como se pode verificar no gráfico seguinte, existe uma notória diferença de género, no grupo dos administrativos.

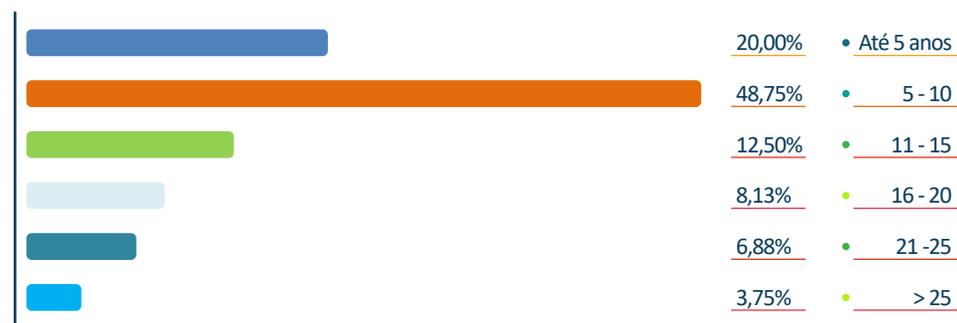
Distribuição por antiguidade

No BISTP, a antiguidade de 48,75% dos colaboradores situa-se entre os “5 a 10 anos”.

Grupo profissional por género



Estrutura de antiguidade



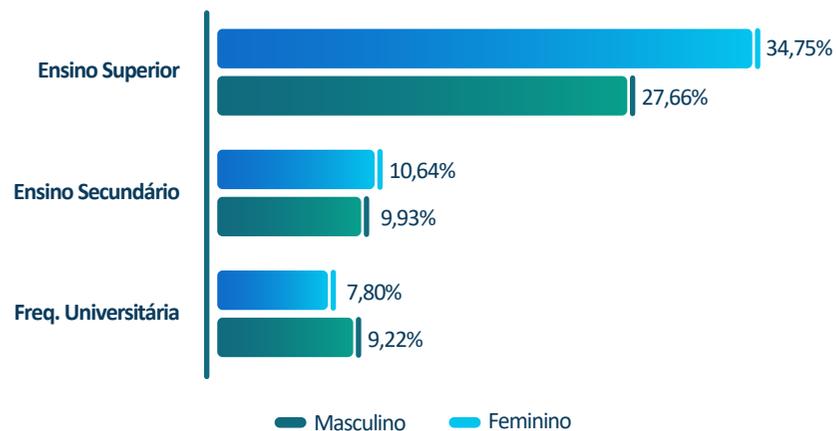
Distribuição por nível de escolaridade

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2018 o número de colaboradores com habilitação ao nível do Ensino Superior atingiu 62,41% do efetivo total do Banco (profissionais com funções bancária).

Distribuição por habilitação literária



Distribuição por habitação literária por género





9. Responsabilidade Social

A responsabilidade social implica a noção de que uma empresa não tem apenas o objeto de fazer lucro, e, além de trazer benefícios financeiros às pessoas que trabalham na empresa, também deve contribuir socialmente para o seu meio envolvente. Desta forma, a responsabilidade social muitas vezes envolve medidas que trazem cultura e boas condições para a sociedade.

O BISTP tem norteado o seu modelo de gestão ao longo dos anos não apenas pelos interesses monetário – lucro, mas, conforme tem-se verificado, também pelos outros detentores de interesse como, por exemplo, os trabalhadores, as comunidades locais, as organizações não-governamentais que têm o nobre objetivo de apoiar a reinserção social das crianças e jovens em risco de exclusão social, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral. A sua responsabilidade social tem-se revelado então, um fator decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento ao longo dos seus mais de 25 anos de existência, bem como, para a sociedade são-tomense nas suas várias vertentes.

No ano 2018, neste campo, o BISTP investiu forte na sua ação e revelou-se, uma vez mais, ser um ano decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento atendendo ao facto de ser o ano de comemoração da sua boda de prata (25º aniversário), ao entregar uma Obra Social no Distrito de Caué, um dos mais carenciados do país, com a Construção de uma sala de aulas na Escola Secundária de Caué, contribuindo para a melhoria do ensino nesta localidade. De entre outras, deu continuidade ao seu contributo à Associação dos Cegos e Ambíopes de São Tomé e Príncipe e à Associação dos Deficientes de S.T.P que têm desenvolvido um trabalho de realce nestas áreas, tem apoiado mensalmente o lar de crianças da Fundação Novo Futuro e anualmente na compra de materiais escolares para estas, assim como, a Fundação da Criança e Juventude, através da concessão de um apoio mensal, para o desenvolvimento de ações que têm como objetivo a proteção e o acompanhamento de menores

e jovens carenciados, nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais.

Educação

Sendo este um dos principais pilares de uma sociedade e um dos meios identificados para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, o BISTP começou o ano com a realização de uma conferência convidando alunos universitários (de todas as universidades do país), em que convidou oradores internacionais (provenientes dos seus acionistas BAI e CGD) com diversos temas ligados à Banca e ao Desenvolvimento em Economias Insulares:

Orador: Prof. Dr. Armindo Espírito Santo. Tema: “Evolução histórica do BISTP e o seu papel na economia de S. Tomé e Príncipe”;

Orador: Dra. Noelma Viegas D’Abreu. Tema: “A Banca e o processo de desenvolvimento do Capital Humano”;

Orador: Prof. Dr. Pedro Vicente. Tema: “Economia do Desenvolvimento”;

Orador: Prof. Dr. António Mendonça. Tema: “O papel dos Bancos no desenvolvimento das pequenas economias insulares”.

Neste ano, não descurou de apoiar financeiramente algumas instituições ligadas a área da educação. Em 2018 destacam-se os patrocínios concedidos ao Ministério da Educação Cultura e Ciências, através do prémio atribuído aos melhores alunos por intermédio do Núcleo Solidário de S. Tomé e Príncipe e a premiação anual a 12 melhores alunos do 9º ano de todas as escolas do País, patrocinou o Concurso de Ditado realizado pela Cooperação Portuguesa (Centro de Língua Portuguesa - Camões), apoiou o Jardim de Ferreira Governo na construção de uma casa de banho em condições para os meninos, assim como, a atribuição de prémios ao melhor aluno finalista de cada uma das 3 Unidades

Orgânicas na Universidade de S. Tomé – USTP, a atribuição de bolsas de estudo ao aluno mais carenciado, de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, e com média superior ou igual a 14 valores e a contribuição para Investimentos em laboratórios.

Desporto

Devido à íntima relação entre o corpo e a mente, tensão mental implica tensão muscular e vice-versa, pelo que o relaxamento se revela particularmente importante no combate ao stress. Praticando exercício físico estamos a apostar na nossa saúde e a contribuir para a prevenção e redução dos níveis do stress, assim como, as mais variadas doenças cardiovasculares e não só.

Nesta área, foram atribuídos importantes patrocínios em 2018, dos quais destacam-se, o apoio concedido ao Gabinete do Desporto Escolar (do Ministério da Educação Cultura e Ciências) e a Direção de Ensino para a realização dos Jogos Desportivos Escolares 2017/2018, competição que engloba 6 modalidades (Atletismo, Andebol, Basquetebol, Voleibol, Futsal e Taekwondo) com participação de mais de 4000 atletas provenientes das diferentes escolas de São Tomé e Príncipe. O BISTP contribuiu fortemente para a realização de um dos eventos desportivos mais relevantes internacionalmente – Os XI Jogos da CPLP, que este ano STP foi anfitrião e apoiou a Federação de Xadrez de STP (FEXA-STP) a organizar o Campeonato Nacional Anual, a mais premiada das Federações são-tomenses com um vasto palmarés de troféus internacionais, dos quais se destaca o segundo lugar dentre os países da África Central obtido em 2014 na Noruega (medalha de Bronze).

Cultura

Em 2018 o BISTP deu continuidade na aposta na literatura com a promoção de

edição de livros e autores são-tomenses, dos quais se destacam:

Francisco Costa Alegre – patrocínio para edição do seu livro intitulado “Preparando o Futuro”

Silvestre Umbelina - patrocínio para edição do seu livro intitulado “Os feitos das Mudanças Climáticas na Agricultura e Medidas de Adaptação”

Instituto de Direito e Cidadania de Januário Júnior de Ceita e Jonas Gentil – patrocínio para edição de dois instrumentos jurídicos “Estatuto da Função Pública e Legislações Complementares” e a “Constituição da República de São-Tomense e Legislação Fundamental”

Isabel D’Apresentação Manuel - patrocínio para edição do seu livro intitulado “Kupi N’Gulido”

Dr. Luís Guilherme D’Oliveira Viegas - patrocínio para edição do seu livro intitulado “Cancioneiro da Música Popular São-Tomense”

Manuel Bernardo Fernandes - patrocínio para edição do seu livro intitulado “O Mistério das Sete Pedras”

Tem-se em cursos há mais de 10 anos um protocolo de parceria com o Centro Cultural Português para a promoção de atividades em conjunto, a partilha de acervo e apoio à concretização de eventos nas áreas da cultura, economia, sociedade civil, ciências, educação e saúde. Apoiou fortemente um dos eventos mais marcantes da sociedade são-tomense em geral e a nível mundial que se irá realizar em 2019, o Centenário da Comprovação da Teoria da Relatividade Geral de Albert Einstein e comprovada na Ilha do Príncipe (Roça Sundry) por Arthur Stanley Eddington em 29 de Maio de 1919.

Outros apoios importantes atribuídos em 2018:

Patrocínio à ONG Galo Cantá na realização da Vª Edição da Conferência Internacional TEDx São Tomé sob o tema “RE|EVOLUÇÃO”;

Patrocínio às “Estudo de Levantamento e Caracterização das Empresas Industriais de São Tomé e Príncipe” feito pela Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas - ANEME (Portugal);

Patrocínio ao 12º Encontro de Fundações da CPLP, organizado pelo Centro Português de Fundações (CPF);

Patrocínio às comemorações alusivas ao 10 de Junho, o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, organizado pela Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe;

Patrocínio à Associação São-Tomense de Mulheres Juristas (ASMJ) para a realização de um fórum para debate e sobre a problemática que afetam as mulheres são-tomenses, sob o tema “A Mulher o Direito e a Moda”;

Patrocínio ao Instituto de Direito e Cidadania (IDEC) para a realização de Conferência sobre os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que contou com a presença do Dr. Jonas Gentil (Juiz Conselheiro Tribunal Constitucional STP), Dr. Jorge Bacelar Gouveia (Professor Catedrático) e Dr. André A. Aragão (Ex-Bastonário da Ordem dos Advogados STP);

Patrocínio às comemorações alusivas ao 43º Aniversário da Institucionalização Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe;



10. Análise Financeira

10.1 COMPONENTES DO BALANÇO

Em 2018 o BISTP procurou ajustar as suas ações em linha com as mutações que foram acontecendo no mercado, mas sempre numa vertente prudencial e de acompanhamento de risco.

Mantendo uma gestão prudencial e assente na análise de risco, permitiu ao banco atingir os seus objetivos de crescimento do ativo em linha com os de solidez financeira, liquidez e rentabilidade.

Assim, em 2018 o ativo total do banco cresceu em 11,06%, sustentado essencialmente pelo crescimento da carteira de crédito a clientes e carteira de títulos de Bilhetes de Tesouro do Estado. O passivo também cresceu, resultante do crescimento dos depósitos de clientes.

O capital próprio registou um crescimento de 9,85%, decorrente do aumento das reservas e resultados transitados (12,12%) e do resultado líquido do ano (51,46%).

O volume de crédito bruto sobre clientes registou um crescimento de 18,86%, o que em termos absolutos representa um aumento de mSTN 165.113, quando comparado com o ano de 2017; este crescimento reflete os ajustamentos realizados ao nível de alguns produtos de crédito (redução de taxa e alargamento de maturidade) e da estratégia de comunicação e junto do público-alvo.

Relativamente à qualidade da carteira salienta-se que, não obstante os esforços imprimidos ao nível da recuperação, o nível histórico de incumprimento, dado pelo rácio de crédito irregular sobre a carteira global, ainda é elevado, tendo-se em 23,73%, contra 24,74% no ano anterior. O nível de crédito em situação

irregular fixou-se em mSTN 245.623, contra mSTN 216.604 em 2017, evidenciando uma ligeira tendência de degradação da carteira de crédito, com maior destaque para o segmento de empresas.

Perante uma conjuntura que tem concorrido para a deterioração da carteira de crédito, o Banco tem adotado uma postura conservadora, elevando o seu nível de provisão. Em 2018 as provisões criadas para cobrir o crédito irregular elevam-se a mSTN 216.642, representando um crescimento de 11,9% face a 2017, permitindo uma cobertura de 88,13% do crédito irregular.

As “Aplicações em Instituições de Crédito” cresceram em 16,56% (mSTN 40.067), essencialmente em dólares americanos, decorrentes de taxas de remuneração mais atrativas que estão a ser praticadas.

As “Aplicações em Títulos” conheceram um crescimento na ordem 28,66%, sendo um crescimento em termos absolutos de mSTN 74.617, resultado de uma maior subscrição dos Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado, permitindo rentabilizar as reservas excedentárias no Banco Central.

Apesar do importante aumento das aplicações em títulos por diminuição das reservas mantidas junto do Banco Central, constatou-se que o saldo das reservas registou uma subida ligeira 2,94%. A evolução positiva ao nível da captação de recursos concorreu para alimentar a conta das reservas junto do Banco Central e minimizar o impacto de redução, em face de maior subscrição em Bilhetes de Tesouro.

Relativamente à captação de recursos, importa salientar que, apesar da contínua intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos, e a manutenção de baixas taxas de remuneração dos passivos, os depósitos de clientes no Banco, cresceram na ordem de 9,9% fixando-se em

mSTN 2.115.690, demonstrando uma forte estabilidade dos depósitos. Essa performance na capacidade de captação e manutenção de recursos, não obstante as medidas de redução das taxas passivas, explica-se pela imagem de solidez, rigor e confiança que o banco tem conseguido passar aos seus clientes. Esta estabilidade dos depósitos é também o resultado da maior proximidade que o Banco vem estabelecendo ao longo dos anos com os seus Clientes, através das suas redes de Agências, ATM e TAP/POS, que funcionam como um fator potenciador de fidelização.

Apesar do nível de transformação (Crédito Líquido /Depósitos de Clientes) ainda ser relativamente baixo, regista-se, contudo, uma melhoria em 2018, tendo-se fixado o referido rácio em 38,96% contra 35,44% em 2017.

10.2 COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Como consequência do aumento do volume da carteira de crédito, apesar da contração das taxas de juro ativas, os juros cobrados sobre os créditos concedidos registaram um crescimento na ordem de 18,19%. Contudo, registou-se uma queda das comissões associadas a operações de créditos, levando à redução “Outros Juros e Proveitos Equiparados” em -10,07% face a 2017.

Os juros recebidos sobre as aplicações em depósitos a prazo cresceram na ordem de 70,11% em resultado de maior volume de aplicações em depósito a prazo e de melhores taxas obtidas.

Os juros de títulos também cresceram em 141,81%, decorrente do aumento das aplicações em Bilhetes de Tesouro. Esse aumento de juros justifica-se também pelo facto de em 2017 uma parte importante dos títulos, com maturidade de 1

ano terem ocorrido, essencialmente, no terceiro e quarto trimestre de 2017, pelo que, o impacto mais efetivo dos juros gerados por estes títulos teve lugar em 2018.

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma queda de -22,34%. Essa redução dos juros resulta de uma gestão prudencial da taxa passiva, através de revisão em baixa dessas taxas de forma a ajustá-las com a evolução da atividade, essencialmente motivada pelo excedente de liquidez no mercado.

A margem financeira cresceu na em 25,41%, levada pelo crescimento dos juros e proveitos equiparados (21,07%) e pela redução dos juros e custos equiparados (26,30%).

O crescimento registado nas comissões líquidas de 1,08% e, em face de uma contração em outros proveitos de exploração líquido de -17,88%, levou a contração da margem complementar em -2,10% face a 2017. Importa ressaltar que a queda registada em outros proveitos de exploração resulta na menor mais-valia realizada com a venda de imóveis recebidos em dação por pagamento de crédito, quando comparado com 2017.

Com o crescimento da Margem Financeira e apesar da queda da Margem Complementar, o Produto Global de Atividade conheceu um crescimento na ordem de 10,79%.

O Custo Operativo registou um ligeiro crescimento, sendo na ordem de 3,35%, devendo-se a uma evolução controlada das despesas com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” em -1,8%, em resultado de uma maior contenção e racionalização de gastos, com vista à otimização dos recursos e dos custos com pessoal em 4,3%.

Apesar da deterioração da carteira e de uma postura muito prudencial e rigorosa em termos de provisão, registou-se uma redução das dotações de provisão em -13,80%, justificada essencialmente pelo facto de créditos ao Estado estarem isentos de provisão.

Assim, como corolário final, o Resultado Líquido registou um aumento importante face ao ano de 2017, na ordem de 51,46%, sendo um incremento de mais mSTN 20.149.

Este aumento de resultado evidencia a grande capacidade de resiliência e rápida adaptação às novas condições do mercado.



11. Proposta de aplicação e Distribuição de Resultados

O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STN 59.304.358 (Cinquenta e nove milhões, trezentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito dobras), referente ao exercício de 2018, tenha a seguinte aplicação:

Rúbricas	Percentagem	Montante (STN)
Reservas Legais	10%	5.930.436
Reservas Livres	30%	17.791.307
Acionistas	60%	35.582.615
Resultado Líquido	100%	59.304.358

Montantes em STN



12. Relatório de Auditoria Externa



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com



Building a better working world

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2018

Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (a "Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.614.009.703 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)), um total de situação líquida de 397.959.205 STN, incluindo um resultado líquido de 59.304.358 STN), a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações na situação líquida e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants).

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Provisões para a carteira de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A conta do balanço Crédito a clientes inclui provisões para a carteira de crédito que ascende a 216.463 milhares de Dobras ("STN"), reconhecendo-se um impacto de 23.026 milhares de STN nos resultados do ano registados na linha de provisões para o crédito líquidas de reposições e anulações (Nota 15). O valor bruto do crédito a clientes é de 1.040.732 milhares de STN, pelo que as provisões para a carteira de crédito representam cerca de 21% do valor do crédito (Nota 6). Adicionalmente a Entidade apresenta provisões, para crédito regular e para garantias e avales prestados, reconhecidas na rubrica de Provisões diversas na	A nossa abordagem sobre o risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▶ Obtivemos o entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade e provisões para o crédito a clientes e testámos a eficácia operacional dos principais controlos implementados; ▶ Realizámos testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo das provisões para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Situação líquida, no montante de 15.250 milhares de STN (Nota 15). O detalhe da imparidade e as políticas contabilísticas são divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras - nota 2.2 alínea c). As provisões para a carteira de crédito de clientes correspondem ao maior entre as provisões regulamentares apuradas conforme prevista na Norma de Aplicação Permanente ("NAP") 07/2007 e a análise de imparidade individual realizada tendo em conta os princípios da IAS 39. Para as operações individualmente significativas, o Órgão de Gestão procede a uma análise de imparidade individual. A Entidade regista o maior entre o montante da imparidade resultante da análise individual e da provisão calculada de acordo com a NAP. Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade para a carteira de crédito envolve e a materialidade do seu valor, consideramos este tema como matéria relevante de auditoria.	expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; <ul style="list-style-type: none"> ▶ Seleccionámos uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade, para avaliação dos pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu: a análise da informação com os modelos de negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação dos colaterais e indagações aos especialistas da Entidade para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados na determinação do valor recuperável; ▶ Análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os princípios geralmente aceites no setor bancário em São Tomé e os registos contabilísticos.

2. Valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A rubrica Outros ativos, tal como descrito na Nota 9 as Demonstrações Financeiras, apresenta um montante de 23.157 milhares de STN. O montante de provisão para ativos por recuperação de crédito reconhecidas a 31 de dezembro de 2018 ascende a 1.183 milhares e é apresentado no Balanço a deduzir à referida rubrica do ativo. Periodicamente, a Entidade solicita a peritos independentes avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzidos dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Considerámos como matéria relevante de auditoria o processo de apuramento das perdas por imparidade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito, uma vez que é baseado em metodologias que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferente das estimadas.	A nossa abordagem sobre o risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem de procedimentos substantivos, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▶ Realização de procedimentos de detalhe específicos para identificar imóveis com indícios de imparidade e apurar os montantes correspondentes; ▶ Realização de testes de detalhe com o objetivo de aferir sobre a propriedade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ▶ Análise dos pressupostos e julgamentos subjacentes às avaliações preparadas por avaliadores independentes dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ▶ Análise dos valores apresentados nas demonstrações financeiras para aferir da sua concordância com os registos contabilísticos e às divulgações, para análise da sua plenitude face aos normativos existentes.



Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2018



Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2018

Outras matérias

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que são apresentadas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, foram examinadas por outro Auditor Independente, cujo relatório de auditoria datado de 17 de abril de 2018, continha uma opinião não modificada.

Responsabilidade do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Lisboa, 11 de abril de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Salceda

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM nº 20160841



13. Demonstrações Financeiras

13.1 BALANÇO

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017

ATIVO	Notas	2018		2017		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2018	2017
		Ativo bruto	Amortizações e provisões	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3	834,043,776		834,043,776	766,485,436	Depósitos:			
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	62,999,172		62,999,172	108,389,351	À vista	11	1,766,289,742	1,598,335,174
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	282,061,149		282,061,149	241,993,657	A prazo ou com pré-aviso	11	349,400,551	326,758,243
Créditos sobre clientes	6	1,040,731,597	(216,462,819)	824,268,778	682,181,626	Recursos de outras entidades	12	12,268,911	7,422,109
Titulos de investimento	7	335,011,355		335,011,355	260,394,509	Outros passivos	13	37,292,925	20,604,892
Imobilizações corpóreas	8	402,835,104	(167,822,611)	235,012,493	249,726,545	Contas de regularização	14	50,798,367	38,213,031
Imobilizações incorpóreas	8	33,798,002	(25,359,612)	8,438,391	2,024,748	Total do Passivo		2,216,050,497	1,991,333,449
Imobilizações em curso	8	2,570,233		2,570,233	5,373,515	Capital	16	166,600,000	166,600,000
Imobilizações financeiras	8	2,940,000	(2,940,000)	-	-	Reservas	16	152,615,831	136,954,023
Outros ativos	9	27,030,808	(1,183,292)	25,847,516	34,756,992	Resultados transitados	16	933,877	-
Contas de regularização	10	3,756,840		3,756,840	2,270,595	Provisões diversas	16	18,505,139	19,554,984
						Resultado do exercício	16	59,304,358	39,154,518
						Total de Situação Líquida		397,959,205	362,263,525
Total do Ativo		3,027,778,036	(413,768,334)	2,614,009,703	2,353,596,974	Total do Passivo e da Situação Líquida		2,614,009,703	2,353,596,974

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

13.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares	20	138,476,194	114,378,823
Juros e encargos similares	20	(7,081,050)	(9,608,061)
MARGEM FINANCEIRA		131,395,144	104,770,762
Rendimentos de serviços e Comissões	21	95,753,605	92,316,603
Encargos com serviços e Comissões	21	(8,873,547)	(6,366,165)
Resultado Líquido de Operações Cambiais	22	9,346,753	8,410,788
Outros Resultados de Exploração	23	20,054,957	24,420,720
PRODUTO BANCÁRIO		247,676,912	223,552,708
Custos com o Pessoal	24	(74,066,402)	(70,982,823)
Gastos Gerais Administrativos	25	(47,234,153)	(46,383,998)
Amortizações do Exercício	8	(24,662,930)	(27,649,080)
Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações	15	(21,118,886)	(20,574,932)
Outras provisões líquidas de reposições e anulações	15	346,865	(3,523,532)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		80,941,406	54,438,343
Imposto sobre o rendimento	19	21,637,048	15,283,825
RESULTADO DO EXERCÍCIO		59,304,358	39,154,518

13.3 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração de alteração na Situação Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Reservas					Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Correcções dos resultados dos exercícios anteriores	Total	
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras					Total
Saldos em 31-12-2016	150,000,000	25,190,885	892,214	47,739,164	66,599,124	140,421,387	43,845,716	32,831,591	-	367,098,694
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2016										
Incorporação em reservas	-	3,283,159	-	-	9,849,477	13,132,636	-	(13,132,636)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(19,698,955)	-	(19,698,955)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	39,154,518	-	39,154,518
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	16,600,000	-	-	(16,600,000)	-	(16,600,000)	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(24,290,732)	-	-	(24,290,732)
Saldos em 31-12-2017	166,600,000	28,474,044	892,214	31,139,164	76,448,601	136,954,023	19,554,984	39,154,518	-	362,263,525
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	933,877	933,877
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2017										
Incorporação em reservas	-	3,915,452	-	-	11,746,356	15,661,807	-	(15,661,807)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(23,492,711)	-	(23,492,711)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	59,304,358	-	59,304,358
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(1,049,845)	-	-	(1,049,845)
Saldos em 31-12-2018	166,600,000	32,389,496	892,214	31,139,164	88,194,956	152,615,831	18,505,139	59,304,358	933,877	397,959,205

13.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Fluxo de Caixa	2018	2017
Actividades Operacionais		
Resultado Líquido do exercício	59,304,358	39,154,518
Ajustamentos:		
Amortizações do Exercício	24,662,930	(27,649,080)
Provisões e Imparidade	20,772,021	(24,098,464)
Variações nos activos e passivos operacionais		
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	(40,067,492)	126,510,661
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	(162,403,090)	(81,853,779)
(Aumento) / diminuição de outros activos	96,812,869	4,162,233
(Aumento) / diminuição de recurso de clientes e outros empréstimos	190,596,877	28,900,426
(Aumento) / diminuição de outros passivos	(71,108,517)	16,945,391
Fluxo de Actividades Operacionais	118,569,955	82,071,906
Actividades de Investimento		
(Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a:		
Obrigações e outros títulos	(65,692,878)	(204,045,412)
Imobilizações Corpóreas	(5,775,475)	(8,107,124)
Imobilizações Incorpóreas	(7,783,763)	(6,500,843)
Fluxo da Actividade de Investimento	(79,252,115)	(218,653,379)
Actividade de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos distribuídos	(17,149,679)	(14,380,237)
Fluxo da Actividade de Financiamento	(17,149,679)	(14,380,237)
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	22,168,161	(47,466,622)
Caixa e seus equivalente no início do período	874,874,787	922,341,409
Caixa e seus equivalente no final do período	897,042,948	874,874,787



14. Notas às Demonstrações Financeiras

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2018, de uma rede nacional de doze balcões, localizados na cidade de São Tomé (9), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto

alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2016 e 2017, respetivamente:

o diferimento das comissões associadas a crédito foi efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;

os títulos em carteira foram registados ao custo de aquisição, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;

as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007, não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IAS 39;

a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Em 05 de Março de 2019 o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu uma nova comunicação que prorrogava todas as exceções, acima listadas, às disposições definidas no PCIF, menos o reconhecimento dos títulos em carteira, e que orientava o BISTP à cumprir com as disposições do PCIF no ponto 6 do capítulo “III. NORMAS ESPECÍFICAS DE CONTABILIZAÇÃO”.

Foi ainda clarificado que as NIRF não previstas no PCIF não são de aplicação

obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 8 de Abril de 2019 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2018 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº

5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24.5 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2018	2017
1USD	21.3899 STN	20.5293 STN

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STN ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Resultado líquido de operações cambiais".

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as

instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do ativo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2018 e 2017 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IAS 39.

Contudo, o Banco realizou uma análise individual de imparidade de acordo com a IAS 39 dos Grupos Económicos individualmente significativos tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade e de provisões.

Para a carteira não significativa, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da Norma de Aplicação Permanente nº 7/07, de 6 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Para as exposições extrapatrimonial, o Banco passou, em 2018, a constituir provisões sobre o montante de exposição apurado com base na norma que consta no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2,

Regulamento 2.2 e 2.3.

Nos termos desta Norma, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob supervisão	Abaixo do normal	Crédito duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 30 a 89 dias	de 90 a 180 dias	de 180 dias a 360 dias	mais de 360 dias

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas adicionais para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supramencionadas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto. Adicionalmente, a natureza das provisões registadas decorre do normativo do Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei das Instituições Financeiras.

As provisões apuradas pela análise individual de imparidade e para os clientes nas categorias abaixo do normal, crédito duvidoso e perda são registadas a crédito na rubrica de “Crédito sobre clientes” no ativo.

As provisões para as categorias normal e sob supervisão e as para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de “Provisões diversas” na situação líquida.

d) Bens em dação de pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação de pagamento por recuperação de créditos irregulares, são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), de acordo com o artigo nº8 da Norma de Aplicação Permanente nº7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito

irregular é feito pelo mínimo entre o valor do principal do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, e de forma a avaliar o justo valor dos imóveis recebidos em dação de pagamento, o Banco solicitou avaliações independentes. Foram registadas provisões caso o justo valor estimado pelo avaliador independente seja inferior ao valor contabilístico.

As mais-valias potenciais em ativos recebidos em dação por recuperação de crédito não são reconhecidas em balanço.

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
- Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
- Mobiliário e material	8
- Máquinas e ferramentas	2 - 10
- Equipamento informático	3 - 4
- Instalações interiores	8 - 20
- Material de transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

Os custos associados a operações de capital próprio, incluindo despesas com aumentos de capital, são registados diretamente como uma dedução ao capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor.

Assim, como é a intenção do BISTP manter os seus títulos até a sua maturidade, ou seja, não tem o objetivo de desfazer-se dos títulos a curto prazo ou obter um ganho de curto prazo, não são registadas provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, exceto no caso de situações em que haja evidência de

imparidade.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os investimentos em valores mobiliários encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem a Obrigações de Caixa emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., a certificados de depósitos do Banco Angolano de Investimento e a bilhetes do tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. Os juros corridos relativos a estes títulos são contabilizados no ativo na rubrica “Obrigações e outros títulos” (Nota 7).

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Imobilizações financeiras” corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Adicionalmente, ao valor apurado da coleta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é refletido na rubrica “Outros

resultados de exploração” da demonstração de resultados.

É ainda de referir que os juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20% sendo este valor posteriormente dedutível para efeitos do apuramento da estimativa de imposto.

Não são registados impostos diferidos, uma vez que não existem diferenças temporárias ativas ou passivas entre os valores contabilísticos e os valores fiscais.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

No entanto, dado antecipar que venha a ser concedido um complemento à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social, o Banco registou, a partir do exercício de 2008, uma provisão para pensões na rubrica “Provisões para riscos e encargos” da situação líquida, no montante de STN 21,510,168 (Nota 15). Esta provisão foi determinada com base numa

estimativa que assumiu o pressuposto de que o complemento corresponderia a cerca de 20% do salário à data de reforma.

A distribuição deste montante teve carácter de benefício de curto prazo pelo que o Banco apenas fará contribuições adicionais em anos seguintes caso assim o decida. O Banco não ficará com nenhuma responsabilidade para com o fundo.

A percentagem detida por cada um dos colaboradores foi calculada tendo por base a antiguidade e vencimento médio destes. Foram beneficiários deste prémio os colaboradores do Banco a 31 de dezembro de 2016.

No decorrer do exercício de 2017, o Conselho de Administração distribuiu a totalidade das provisões de reforma e sobrevivência constituídas no exercício de 2008 no montante STN 21,510,168, tendo este valor sido transferido para uma conta de depósito à ordem no Banco titulada pelo Fundo Social dos Trabalhadores do Banco.

j) Prémios de antiguidade

O Banco assumiu o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 15 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Custos a pagar”, sendo registados em resultados na rubrica “Custos com pessoal” (Nota 24).

k) Comissões

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efetiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2018 e 2017 o Banco obteve autorização do Banco Central para efetuar o diferimento destas comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

l) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações

de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (write-offs) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota 2.2 c).

m) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na Norma de Aplicação Permanente nº7/07, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

n) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Caixa		
Notas e moedas nacionais	45,097,941	13,426,463
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Euros	17,897,311	14,605,736
Em Dólares dos Estados Unidos	12,522,482	13,053,528
Em outras divisas	14,448,403	2,567,683
	89,966,136	43,653,410
Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)		
Em moeda nacional	642,989,012	624,261,003
Em moeda estrangeira:		
Em Euros	91,044,702	78,970,237
Em Dólares dos Estados Unidos	10,043,926	19,600,786
	744,077,640	722,832,026
	834,043,776	766,485,436

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as reservas mínimas de caixa são atualizadas, através da aplicação das percentagens de 18% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 21% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, respetivamente, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Cheques a cobrar		
No estrangeiro	93,688	11,025
No país	-	94,813
	93,688	105,838
Títulos a cobrar no país	550,621	612,040
Depósitos à ordem no estrangeiro		
Caixa Geral de Depósitos:		
Sede (lisboa)	35,182,501	80,378,252
Cash Advance	-	-
Banca Eletrónica	-	-
Sucursal de França	761,263	296,417
Banco Comercial Português	18,620,877	16,440,328
Banco Santander Totta	2,874,388	4,200,649
Banco Angolano de Investimento - Angola	3,271,892	4,796,042
Banco Caixa Angola	1,446,417	1,333,779
Outras Instituições de Crédito	196,773	224,937
	62,354,111	107,670,404
Outras disponibilidades	752	1,069
	62,999,172	108,389,351

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Títulos a cobrar no país” é composta por títulos da Direção Geral do Tesouro, disponibilizados por esta

instituição ao Banco para efeitos de liquidação das suas responsabilidades. Estes montantes foram regularizados na sua totalidade junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe nos primeiros dias de janeiro do respetivo ano subsequente.

5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

	2018					
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Caixa Geral de Depósitos	USD	2.20%	1,000,000	21,389,900	5,229	21,395,129
Caixa Geral de Depósitos	USD	2.72%	3,150,000	67,378,185	697,439	68,075,624
Caixa Geral de Depósitos	USD	2.72%	2,200,000	47,057,780	487,100	47,544,880
Caixa Geral de Depósitos	USD	2.72%	650,000	13,903,435	143,916	14,047,351
Banco Comercial Português	USD	2.20%	6,000,000	128,339,400	2,658,765	130,998,165
				278,068,700	3,992,449	282,061,149
	2017					
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.60%	3,000,000	61,588,740	391,431	61,980,171
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.60%	2,000,000	41,059,160	260,954	41,320,114
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.60%	650,000	13,344,227	84,810	13,429,037
Banco Comercial Português	USD	1.80%	6,000,000	123,177,480	2,086,855	125,264,335
				239,169,607	2,824,050	241,993,657

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

		2018			2017		
		Montante em STN	Juros a receber	Montante Total	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total
Prazo	Até três meses	149,729,300	2,663,993	152,393,293	123,177,480	2,086,855	125,264,335
Residual	Entre três meses e um ano	128,339,400	1,328,455	129,667,855	115,992,127	737,195	116,729,322
		278,068,700	3,992,449	282,061,149	239,169,607	2,824,050	241,993,657

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Crédito Regular:		
- Moeda Nacional:		
Descontos comerciais	931,206	839,000
Empréstimos	572,095,463	482,812,604
Crédito em conta corrente	33,622,779	31,770,746
Descobertos em depósitos à ordem	135,593,436	70,622,378
	<u>742,242,883</u>	<u>586,044,728</u>
- Moeda Estrangeira:		
Descontos comerciais		
Empréstimos	47,307,072	66,289,521
Crédito em conta corrente	-	2,122,384
Descobertos em depósitos à ordem	35,201	11,645
Outros Créditos	-	-
	<u>47,342,273</u>	<u>68,423,550</u>
Total de crédito regular(1)	<u>789,585,156</u>	<u>654,468,278</u>
Crédito Irregular:		
- Moeda Nacional:		
Capital	190,422,995	160,110,419
Juros	490,122	406,544
	<u>190,913,117</u>	<u>160,516,963</u>
- Moeda Estrangeira:		
Capital	54,546,521	56,051,340
Juros	164,305	36,641
	<u>54,710,826</u>	<u>56,087,981</u>
Total de crédito irregular (2)	<u>245,623,943</u>	<u>216,604,944</u>
Total de crédito concedido (3) = (1) + (2)	<u>1,035,209,099</u>	<u>871,073,222</u>
Juros a receber de crédito concedido (4)	<u>5,522,498</u>	<u>4,545,589</u>
Total de crédito bruto (5) = (3) + (4)	<u>1,040,731,597</u>	<u>875,618,811</u>
Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6)	<u>(216,462,819)</u>	<u>(193,437,185)</u>
Total de crédito líquido (7) = (5) - (6)	<u>824,268,778</u>	<u>682,181,626</u>

Tendo por base a divisão entre crédito regular e irregular, a carteira de crédito em 31 de dezembro de 2018 e 2017 segmenta-se da seguinte forma:

	2018	2017
Crédito Regular		
Normal	767,541,108	618,153,928
Sob supervisão	22,044,047	36,314,350
	<u>789,585,156</u>	<u>654,468,278</u>
	2017	2017
Crédito Irregular		
Abaixo do normal	37,483,605	18,678,838
Crédito duvidoso	28,261,527	30,235,261
Perda	50,771,037	19,602,446
Crédito em cobrança coerciva	129,107,774	148,088,399
	<u>245,623,943</u>	<u>216,604,944</u>

Segundo o plano de contas para as instituições financeiras emanada do BCSTP, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas classes 1 e 2 da carteira de crédito (situação normal e sob supervisão respetivamente), são consideradas em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas classes 3, 4 e 5 da carteira de crédito (situação abaixo do normal, duvidoso e perda, respetivamente), são considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Para efeitos de distribuição do mapa apresentado abaixo, a distinção entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre

exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

As provisões apresentadas são constituídas por provisões para crédito concedido (Nota 15) e provisões para riscos gerais de crédito (Nota 15 e Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição do crédito e respetivas provisões pelas classes apresentadas no mapa anterior, pode ser detalhada como segue:

Classe	2018							
	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	724,703,639	40,734,724	2,102,745	42,837,469	767,541,108	11,382,888	214,662	11,597,550
Sob supervisão	17,621,386	4,303,297	119,364	4,422,661	22,044,047	813,651	1,737,739	2,551,390
Total de Crédito Regular	742,325,025	45,038,021	2,222,110	47,260,130	789,585,156	12,196,539	1,952,401	14,148,940
Abaixo do normal	35,985,855	1,470,696	27,054	1,497,750	37,483,605	3,382,232	12,748,395	16,130,627
Crédito Duvidoso	23,361,360	4,828,692	71,474	4,900,166	28,261,527	1,211,950	19,241,431	20,453,380
Perda	17,314,682	32,900,456	555,899	33,456,355	50,771,037	7,697,881	43,073,156	50,771,037
Crédito em Contencioso	-	129,107,774	-	129,107,774	129,107,774	129,107,774	-	129,107,774
Total de crédito irregular	76,661,897	168,307,619	654,427	168,962,046	245,623,943	141,399,837	75,062,981	216,462,818
	818,986,922	213,345,639	2,876,537	216,222,176	1,035,209,099	153,596,376	77,015,382	230,611,758

Classe	2017							
	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	574,745,486	42,649,058	759,384	43,408,442	618,153,928	9,236,911	-	9,236,911
Sob supervisão	34,057,624	2,220,993	35,733	2,256,726	36,314,350	909,495	2,721,940	3,631,435
Total de Crédito Regular	608,803,110	44,870,051	795,117	45,665,168	654,468,278	10,146,406	2,721,940	12,868,346
Abaixo do normal	15,801,181	2,820,397	57,260	2,877,657	18,678,838	926,091	4,157,478	5,083,569
Crédito Duvidoso	29,334,102	887,452	13,707	901,159	30,235,261	861,088	19,801,684	20,662,772
Perda	11,539,979	7,690,250	372,217	8,062,467	19,602,446	3,139,649	16,462,796	19,602,445
Crédito em Contencioso	-	148,088,399	-	148,088,399	148,088,399	148,088,399	-	148,088,399
Total de crédito irregular	56,675,262	159,486,498	443,184	159,929,682	216,604,944	153,015,227	40,421,958	193,437,185
	665,478,372	204,356,549	1,238,301	205,594,850	871,073,222	163,161,633	43,143,898	206,305,531

Conforme apresentado no mapa anterior, para fazer face a algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos irregulares ou reestruturados, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram constituídas provisões adicionais para crédito concedido (provisões económicas) nos montantes de STN 77,015,382, e STN 43,143,898, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição da carteira de crédito a clientes, por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

	2018			2017		
	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido
Empresas						
Agrícola	-	-	-	1,534,124	-	1,534,124
Automóvel	614,433	616,308	1,230,740	1,727,760		1,727,760
Comércio	1,338,007	3,890,049	5,228,056	1,991,402	3,920,049	5,911,452
Construção	33,741	2,558,782	2,592,523	495,723	2,660,810	3,156,533
Consumo	96,888,778	1,064,125	97,952,903	53,717,033	1,054,712	54,771,745
Habitação	43,350,291	15,221,619	58,571,909	46,056,345	14,532,791	60,589,136
Importação	5,227,447	5,307,602	10,535,048	13,551,474	459,480	14,010,955
Investimento	152,416,402	90,372,876	242,789,277	119,141,042	43,286,124	162,427,166
Outros Tipos	51,456,628	53,867,049	105,323,677	41,673,229	74,077,146	115,750,375
Turismo	-	-	-	-	-	-
	<u>351,325,725</u>	<u>172,898,409</u>	<u>524,224,134</u>	<u>279,888,132</u>	<u>139,991,113</u>	<u>419,879,245</u>
Particulares						
Agrícola	1,746,714	-	1,746,714	56,201	-	56,201
Automóvel	1,835,906	1,153,163	2,989,069	2,367,545	1,339,220	3,706,765
Comércio	1,453,291	3,863,887	5,317,178	1,896,721	4,271,560	6,168,281
Construção	204,999,775	8,475,923	213,475,698	136,733,440	6,277,659	143,011,099
Consumo	69,334,657	4,109,645	73,444,302	62,951,134	3,996,475	66,947,609
Educação	1,086,574	-	1,086,574	1,206,835	-	1,206,835
Exportação	125,000	-	125,000	-	-	-
Habitação	114,173,475	23,779,269	137,952,744	119,138,015	19,205,989	138,344,004
Importação	-	638,254	638,254	271,914	554,099	826,013
Investimento	37,990,787	18,667,136	56,657,923	44,726,417	20,675,143	65,401,560
Outros Tipos	4,065,519	11,978,998	16,044,517	4,355,681	20,293,686	24,649,367
Saúde	1,447,732	59,259	1,506,991	876,243	-	876,243
	<u>438,259,431</u>	<u>72,725,534</u>	<u>510,984,964</u>	<u>374,580,146</u>	<u>76,613,831</u>	<u>451,193,977</u>
	<u>789,585,156</u>	<u>245,623,943</u>	<u>1,035,209,099</u>	<u>654,468,278</u>	<u>216,604,944</u>	<u>871,073,222</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o crédito em situação regular apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2018		2017	
	Taxa de Juro	Crédito regular	Taxa de Juro	Crédito regular
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	11.86%	742,242,883	13.44%	586,044,728
Em Dólares dos Estados Unidos	9.12%	7,826,684	8.79%	15,709,041
Em Euros	6.44%	39,515,589	6.40%	52,714,509
		<u>789,585,156</u>		<u>654,468,278</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2018	2017
	Total	Total
Até um ano	137,576,567	162,827,534
De um ano a cinco anos	344,447,827	241,100,851
Mais de cinco anos	399,814,381	393,182,659
Crédito com duração indeterminada	153,370,323	73,962,178
	<u>1,035,209,099</u>	<u>871,073,222</u>

O crédito com duração indeterminada inclui o crédito em cobrança coerciva e os contratos nos quais a data de vencimento contratualizada se encontra ultrapassada.

7. TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

					2018			
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de Juro	Data de vencimento	Montante em STN	Juros a receber	Desconto	Total
Certificado de depósitos BAI (Nota 17)	USD	900,000	Fixa	25-05-2019	19,250,910	307,606	-	19,558,516
CGD 2009/20019 Aniversário (Nota 17)	EUR	1,000,000	Variável	11-05-2019	24,500,000	232,690	-	24,732,690
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0006)	STN	174,366,700	Fixa	15-03-2019	174,366,700	-	5,231,000	179,597,700
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0007)	STN	107,885,874	Fixa	23-10-2019	107,885,874	-	3,236,576	111,122,450
					<u>326,003,484</u>	<u>540,295</u>	<u>8,467,576</u>	<u>335,011,355</u>

					2017			
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de Juro	Data de vencimento	Montante em STN	Juros a receber	Desconto	Total
Certificado de depósitos BAI (Nota 17)	USD	650,000	Fixa	25-05-2018	13,344,227	211,675	-	13,555,902
CGD 2009/20019 Aniversário (Nota 17)	EUR	1,000,000	Variável	11-05-2019	24,500,000	244,214	-	24,744,214
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0003)	STN	83,640,737	Fixa	08-03-2018	83,640,737	601,334	1,011,938	85,254,009
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0004)	STN	18,247,062	Fixa	01-03-2018	18,247,062	-	217,165	18,464,227
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0005)	STN	115,601,716	Fixa	30-10-2018	115,601,716	-	2,774,441	118,376,157
					<u>255,333,742</u>	<u>1,057,223</u>	<u>4,003,544</u>	<u>260,394,509</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os títulos estão registados ao custo de aquisição. Com base em estimativas de valorização fornecidas pela Caixa Geral de Depósitos, o justo valor dos títulos de dívida em carteira emitidos por esta instituição era inferior ao valor de balanço em STN 98,000 e STN 490,000, respetivamente. Mas, conforme descrito na Nota 2.2 f), estas menos-valias não foram registadas dada a intenção do Banco de manter estes títulos até à sua maturidade e o Conselho de Administração considerar que não existe, neste momento, risco de perda por imparidade para o Banco. Para os restantes títulos o Banco considera igualmente que não existem indícios de imparidade.

8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2017					Abates				31-12-2018		
	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Transferências	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imobilizações corpóreas												
Imóveis de serviço próprio	249,182,210	(50,245,747)	198,936,463	-	(9,736,494)	-	-	-	-	249,182,210	(59,982,241)	189,199,969
Mobiliário e material	48,069,410	(26,297,594)	21,771,816	420,095	(5,016,803)	-	-	-	-	48,489,505	(31,314,397)	17,175,109
Maquinas e ferramentas	35,126,715	(27,780,193)	7,346,522	1,704,501	(3,296,687)	-	-	-	-	36,831,216	(31,076,880)	5,754,336
Equip. Informatico-hardware	22,338,145	(17,314,413)	5,023,732	5,316,484	(2,069,159)	-	-	-	35,900	27,690,530	(19,383,572)	8,306,957
Instalações interiores	17,116,506	(8,249,722)	8,866,784	572,406	(1,505,047)	-	-	-	-	17,688,912	(9,754,769)	7,934,143
Material de Transporte	13,097,577	(11,275,017)	1,822,560	-	(858,128)	-	-	-	-	13,097,577	(12,133,144)	964,433
Equipamentos de Segurança	5,227,675	(2,427,289)	2,800,386	529,371	(510,103)	-	-	-	-	5,757,046	(2,937,392)	2,819,654
Outros Equipamentos	2,876,573	(939,826)	1,936,747	-	(300,390)	-	-	-	-	2,876,573	(1,240,216)	1,636,357
Património artístico	1,221,535	-	1,221,535	-	-	-	-	-	-	1,221,535	-	1,221,535
	394,256,346	(144,529,801)	249,726,546	8,542,857	(23,292,810)	-	-	-	35,900	402,835,104	(167,822,611)	235,012,493
Imobilizações incorpóreas												
Equip. Informatico-software	25,959,084	(23,934,336)	2,024,748	2,614,747	(1,370,120)	-	-	-	5,169,015	33,742,847	(25,304,456)	8,438,391
Outros	55,156	(55,156)	-	-	-	-	-	-	-	55,156	(55,156)	-
	26,014,240	(23,989,493)	2,024,748	2,614,747	(1,370,120)	-	-	-	5,169,015	33,798,003	(25,359,612)	8,438,391
Imobilizações em curso												
Imobilizações incorpóreas	4,181,336	-	4,181,336	1,486,317	-	-	-	(4,181,336)	-	1,486,316	-	1,486,316
Imóveis de serviço próprio	168,600	-	168,600	59,536	-	168,600	-	-	-	59,536	-	59,536
Imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	-	-	-	89,829	-	-	-	-	-	89,829	-	89,829
Equipamento informático	1,023,579	-	1,023,579	445,539	-	-	-	(1,023,579)	-	445,539	-	445,539
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	489,012	-	-	-	-	-	489,012	-	489,012
	5,373,515	-	5,373,515	2,570,233	-	168,600	-	(5,204,915)	-	2,570,233	-	2,570,233
Imobilizações financeiras												
SPAUT	2,940,000	(2,940,000)	-	-	-	-	-	2,940,000	-	2,940,000	(2,940,000)	-
	2,940,000	(2,940,000)	-	-	-	-	-	2,940,000	-	2,940,000	(2,940,000)	-
	428,584,102	(171,459,293)	257,124,809	13,727,837	(24,662,930)	168,600	-	2,940,000	-	442,143,339	(196,122,223)	246,021,116

	Saldo em 31-12-2016					Abates				Saldo em 31-12-2017		
	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Transferências	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imobilizações corpóreas												
Imóveis de serviço próprio	249,182,210	(40,397,959)	208,784,251	-	9,847,788	-	-	-	-	249,182,210	(50,245,747)	198,936,463
Mobiliário e material	48,041,108	(21,254,657)	26,786,451	875	5,251,311	223,089	(208,374)	-	250,516	48,069,410	(26,297,594)	21,771,816
Maquinas e ferramentas	34,129,290	(24,334,675)	9,794,715	342,309	3,731,418	386,553	(285,800)	-	1,041,669	35,126,715	(27,780,193)	7,346,522
Equip. Informatico-hardware	18,463,289	(15,947,329)	2,515,960	223,223	1,372,262	5,995	(5,178)	-	3,657,628	22,338,145	(17,314,413)	5,023,732
Instalações interiores	16,953,867	(6,653,095)	10,300,772	-	1,627,056	30,437	(30,429)	-	193,076	17,116,506	(8,249,722)	8,866,784
Material de Transporte	12,779,077	(10,230,571)	2,548,506	-	1,705,946	661,500	(661,500)	-	980,000	13,097,577	(11,275,017)	1,822,560
Equipamentos de Segurança	4,554,431	(1,955,895)	2,598,536	673,244	471,394	-	-	-	-	5,227,675	(2,427,289)	2,800,386
Outros Equipamentos	2,876,573	(639,437)	2,237,136	-	300,389	-	-	-	-	2,876,573	(939,826)	1,936,747
Património artístico	1,215,410	-	1,215,410	6,125	-	-	-	-	-	1,221,535	-	1,221,535
	388,195,255	(121,413,518)	266,781,737	1,245,776	24,307,564	1,307,574	(1,191,281)	-	6,122,889	394,256,346	(144,529,801)	249,726,546
Imobilizações incorpóreas												
Equip. Informatico-software	24,580,146	(20,592,825)	3,987,321	-	3,341,516	5	(5)	-	1,378,943	25,959,084	(23,934,336)	2,024,748
Outros	55,156	(55,156)	-	-	-	-	-	-	-	55,156	(55,156)	-
	24,635,302	(20,647,981)	3,987,321	-	3,341,516	5	(5)	-	1,378,943	26,014,240	(23,989,493)	2,024,748
Imobilizações em curso												
Imobilizações incorpóreas	774,430	-	774,430	4,581,468	-	-	-	(1,174,562)	-	4,181,336	-	4,181,336
Imóveis arrendados	102,900	-	102,900	316,216	-	-	-	(250,516)	-	168,600	-	168,600
Mobiliário e Material	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	92,019	-	92,019	198,062	-	5,044	-	(285,037)	-	-	-	-
Equipamento informático	238,666	-	238,666	4,806,172	-	-	-	(4,021,259)	-	1,023,579	-	1,023,579
Instalações interiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de Transporte	-	-	-	980,000	-	-	-	(980,000)	-	-	-	-
Equipamento de Segurança	20,142	-	20,142	8,632	-	-	-	(28,774)	-	-	-	-
Outras Imobilizações Corpóreas	563,814	-	563,814	197,870	-	-	-	(761,684)	-	-	-	-
	1,791,970	-	1,791,970	11,088,421	-	5,044	-	(7,501,832)	-	5,373,515	-	5,373,515
Imobilizações financeiras												
SPAUT	2,940,000	-	2,940,000	-	-	-	-	2,940,000	-	2,940,000	(2,940,000)	-
	2,940,000	-	2,940,000	-	-	-	-	2,940,000	-	2,940,000	(2,940,000)	-
	417,562,527	(142,061,499)	275,501,028	12,334,197	27,649,080	1,312,623	(1,191,286)	2,940,000	-	428,584,102	(171,459,293)	257,124,809

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 8%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a STN 36,750,000.

No decorrer do exercício de 2017 o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa perspetiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura.

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	23,157,482	40,222,580
Adiantamentos - Cash advance	880,150	618,408
Fornecedores	-	15,195
Outros	2,993,176	2,826,204
	<u>27,030,808</u>	<u>43,682,387</u>
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 23)	(1,183,292)	(8,925,395)
	<u>25,847,516</u>	<u>34,756,992</u>

No exercício de 2018 o Banco alienou 1 imóvel recebido em dação por recuperação de crédito que representava um ativo bruto no montante de STN 17.117.252. Os resultados originados por estas alienações encontram-se apresentados na Nota 23.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição por antiguidade da carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

Ano de Aquisição	Movimento em 2018					Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2018	Aquisições	Despesas Associadas	Alienações	Reavaliação Cambial	
Anterior a 2012	241,693	-	-	-	-	241,693
2012	2,211,563	-	-	(17,117,252)	52,154	19,276,661
2013	2,240,398	-	-	-	-	2,240,398
2014	-	-	-	-	-	-
2015	12,250,000	-	-	-	-	12,250,000
2016	4,777,500	-	-	-	-	4,777,500
2017	1,436,328	-	-	-	-	1,436,328
2018	-	-	-	-	-	-
Total	23,157,482	-	-	(17,117,252)	52,154	40,222,580

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

Ano de Aquisição	2018			2017		
	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
Anterior a 2012	241,693	241,693	-	241,693	241,693	-
2012	2,211,563	-	2,211,563	19,276,661	8,167,476	11,109,185
2013	2,240,398	164,514	2,075,884	2,240,398	164,514	2,075,884
2014	-	-	-	-	-	-
2015	12,250,000	-	12,250,000	12,250,000	-	12,250,000
2016	4,777,500	565,758	4,211,742	4,777,500	-	4,777,500
2017	1,436,328	211,328	1,225,000	1,436,328	211,328	1,225,000
2018	-	-	-	-	-	-
Total	23,157,482	1,183,292	21,974,190	40,222,580	8,785,010	31,437,570

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco tem registadas provisões no montante de STN 1,83,292 e STN 8,925,395, respetivamente, para fazer face a menos-valias na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas com base na política definida na Nota 2.2 d).

10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Proveitos a receber:		
Outras comissões	608,271	62,458
Despesas com custos diferido:		
Seguros	729,815	900,872
Licenças de software	771,785	750,692
Rendas	85,015	58,065
Outras despesas	817,062	388,917
	<u>2,403,678</u>	<u>2,098,546</u>
Outras contas de regularização do ativo		
Outros	675,021	109,591
	<u>3,686,970</u>	<u>2,270,595</u>

A rubrica de outras despesas inclui despesas incorridas pelo Banco que se encontram a ser diferidas.

11. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos à ordem:		
Residente em moeda nacional:		
Organismos autónomos e empresas privadas Particulares	605,818,488	447,229,015
Organismos estatais e empresas públicas	444,458,006	397,817,295
	181,640,775	223,682,388
	<u>1,231,917,270</u>	<u>1,068,728,698</u>
Residentes em moeda estrangeira:		
Organismos autónomos e empresas privadas Particulares	232,214,357	221,739,949
Organismos estatais e empresas públicas	234,404,157	233,790,352
	53,543,721	71,028,728
	<u>520,162,234</u>	<u>526,559,029</u>
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	14,210,239	3,047,447
	<u>14,210,239</u>	<u>3,047,447</u>
Total de depósitos à ordem (1)	<u>1,766,289,742</u>	<u>1,598,335,174</u>
Depósitos a prazo:		
Residentes em moeda nacional		
Particulares	169,270,223	186,223,690
Organismos autónomos e empresas privadas	23,079,802	9,109,170
Organismos estatais e empresas públicas	60,000,000	
	<u>252,350,025</u>	<u>195,332,860</u>
Residentes em moeda estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas Particulares	1,252,208	2,099,680
	92,563,311	115,611,710
	<u>93,815,519</u>	<u>117,711,390</u>
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares		11,862,363
Organismos autónomos e empresas privadas	1,650,424	
	<u>1,650,424</u>	<u>11,862,363</u>
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	1,584,583	1,851,630
	<u>1,584,583</u>	<u>1,851,630</u>
Total de depósitos a prazo (2)	<u>349,400,551</u>	<u>326,758,243</u>
Total de depósitos de clientes (3) = (1) + (2)	<u>2,115,690,293</u>	<u>1,925,093,417</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2018		2017	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	2.77%	253,718,753	3.40%	196,842,565
Em Dólares dos Estados Unidos	0.80%	72,568,778	0.74%	99,638,683
Em Euros	0.13%	22,320,320	0.25%	29,662,806
Em Libras Esterlinas	0.45%	792,700	0.33%	614,189
		<u>349,400,551</u>		<u>326,758,243</u>

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2018			2017		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Até três meses	101,007,564	597,100	101,604,664	118,909,654	882,066	119,791,720
De três a seis meses	82,827,679	312,748	83,140,427	98,596,541	408,015	99,004,556
Mais de seis meses	163,980,725	674,734	164,655,460	107,400,418	561,549	107,961,967
	<u>347,815,968</u>	<u>1,584,583</u>	<u>349,400,551</u>	<u>324,906,613</u>	<u>1,851,630</u>	<u>326,758,243</u>

12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Moeda nacional	10,516,478	5,428,441
Moeda estrangeira	1,752,434	1,993,667
	<u>12,268,911</u>	<u>7,422,109</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo das rubricas “Moeda nacional” e “Moeda estrangeira” correspondem a cheques visados e a descobertos contabilísticos em contas de depósitos à ordem no estrangeiro, respetivamente.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Credores:		
Caução para operações de crédito	556,094	315,152
Caução por abertura de créditos documentários	7,616,525	4,190,747
Fornecedores	-	-
Outros credores	26,483,332	14,076,108
Imposto de selo sobre operações bancárias	799,620	713,178
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	195,141	213,747
Imposto sobre o consumo	531,920	534,906
Outros impostos e tributos	459,975	-
Retenção na fonte sobre trabalho independente	650,318	561,054
	<u>37,292,925</u>	<u>20,604,892</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo de outros credores é constituído essencialmente por dividendos a serem pagos à Caixa Geral de Depósitos e ao Banco Angolano de Investimentos (STN 19,945,293 e STN 4,799,262, respetivamente – Nota 17).

14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos a pagar:		
Férias e subsídio de férias	9,103,470	8,740,179
Prémio de produtividade	7,360,238	5,875,574
Prémio de antiguidade	2,713,044	2,299,354
Outros custos a pagar	6,672,525	4,457,332
	<u>25,849,277</u>	<u>21,372,439</u>
Receitas com proveito diferido:		
Empréstimo e créditos em conta corrente	11,341,455	8,064,434
Obrigações e outros títulos	3,662,063	2,944,713
Garantias e avales prestados	202,998	598,724
Outras receitas	40,615	37,155
	<u>15,247,131</u>	<u>11,645,026</u>
Outras contas de regularização:		
Compensação sistema de pagamentos	-	1,340,728
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	9,632,089	3,854,838
	<u>50,728,497</u>	<u>38,213,031</u>

O prémio de produtividade pago nos exercícios de 2018 e 2017, relativo a exercícios anteriores, totalizou STN 7,136,638 e STN 5,875,574, respetivamente.

A rubrica de outros custos a pagar refere-se a faturas de fornecedores e gastos gerais, recebidas no final do respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Receitas com proveito diferido – Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização – Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.

15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018					Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 31-12-2017	Dotação líquida	Utilizações	Transferência	Diferenças de câmbio e outros	
A deduzir ao ativo						
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	193,437,185	22,436,194	135,954	-	725,394	216,462,819
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2,940,000	-	-	-	-	2,940,000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	8,925,395	(480,738)	7,268,252	-	6,888	1,183,292
	<u>205,302,580</u>	<u>21,955,455</u>	<u>7,404,206</u>	<u>-</u>	<u>732,281</u>	<u>220,586,111</u>
Reconhecida na situação líquida						
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	12,868,346	1,256,241	-	-	24,353	14,148,940
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	3,599,973	(2,573,545)	-	-	74,804	1,101,232
Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i) e 16)	-	-	-	-	-	-
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	2,868,882	133,870	-	-	34,432	3,037,184
Outras provisões (Nota 16)	217,783	-	-	-	-	217,783
	<u>19,554,984</u>	<u>(1,183,435)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133,589</u>	<u>18,505,139</u>
	<u>224,857,564</u>	<u>20,772,021</u>	<u>7,404,206</u>	<u>-</u>	<u>865,871</u>	<u>239,091,250</u>
2017						
	Saldo em 31-12-2016	Dotação líquida	Utilizações	Transferência	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31-12-2017
A deduzir ao ativo						
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	173,254,888	23,677,035	714,986	-	(2,779,752)	193,437,185
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	-	2,940,000	-	-	-	2,940,000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	32,684,973	211,577	23,871,814	-	(99,341)	8,925,395
	<u>205,939,861</u>	<u>26,828,612</u>	<u>24,586,800</u>	<u>-</u>	<u>(2,879,093)</u>	<u>205,302,580</u>
Reconhecida na situação líquida						
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	17,976,354.00	(5,057,592)	-	-	(50,416)	12,868,346
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	1,644,484	1,955,489	-	-	-	3,599,973
Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i) e 16)	21,510,168	-	21,510,168	-	-	-
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	2,496,927	371,955	-	-	-	2,868,882
Outras provisões (Nota 16)	217,783	-	-	-	-	217,783
	<u>43,845,716</u>	<u>(2,730,148)</u>	<u>21,510,168</u>	<u>-</u>	<u>(50,416)</u>	<u>19,554,984</u>
	<u>249,785,577</u>	<u>24,098,464</u>	<u>46,096,968</u>	<u>-</u>	<u>(2,929,509)</u>	<u>224,857,564</u>

Conforme descrito na Nota 2.2 i), no exercício de 2017, o Conselho de Administração distribuiu as provisões de reforma e sobrevivência constituídas no exercício de 2008 no montante STN 21,510,168, tendo este valor sido transferido para uma conta de depósito à ordem titulada pelo Fundo Social dos Trabalhadores do Banco.

16. MOVIMENTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Reservas					Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Correcções dos resultados dos exercicios anteriores	Total	
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras					Total
Saldos em 31-12-2016	150,000,000	25,190,885	892,214	47,739,164	66,599,124	140,421,387	43,845,716	32,831,591	-	367,098,694
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2016										
Incorporação em reservas	-	3,283,159	-	-	9,849,477	13,132,636	-	(13,132,636)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(19,698,955)	-	(19,698,955)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	39,154,518	-	39,154,518
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	16,600,000	-	-	(16,600,000)	-	(16,600,000)	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(24,290,732)	-	-	(24,290,732)
Saldos em 31-12-2017	166,600,000	28,474,044	892,214	31,139,164	76,448,601	136,954,023	19,554,984	39,154,518	-	362,263,525
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	933,877	933,877
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2017										
Incorporação em reservas	-	3,915,452	-	-	11,746,356	15,661,807	-	(15,661,807)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(23,492,711)	-	(23,492,711)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	59,304,358	-	59,304,358
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(1,049,845)	-	-	(1,049,845)
Saldos em 31-12-2018	166,600,000	32,389,496	892,214	31,139,164	88,194,956	152,615,831	18,505,139	59,304,358	933,877	397,959,205

Constatou-se a existência de um excesso de estimativa na determinação de impostos a pagar sobre os títulos de tesouro no montante de STN 933,877 referente ao exercício de 2017.

Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco está representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

No decorrer do exercício de 2017, o Banco deliberou realizar um aumento de capital, no valor de STN 16,600,000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios passados. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150,000,000 em 31 de dezembro de 2016 para 166,600,000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STD 1,000.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

	2018	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79,968,000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44,982,000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41,650,000	25%
	<u>166,600,000</u>	<u>100%</u>

	2017	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79,968,000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44,982,000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41,650,000	25%
	<u>166,600,000</u>	<u>100%</u>

Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura

de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no montante de STN 892,214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998. Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco passou a atualizar os ativos líquidos em moeda estrangeira. Os montantes das reavaliações cambiais mensais ao nível da posição cambial em divisas eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco, mas que não afetava os resultados do exercício. Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de março de 2008, com a entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de novembro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício. Em 2014

o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTD 1,904,626. No exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em STN 16,600,000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco.

Esta provisão tinha sido constituída nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº11/07, de 26 de novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe e apenas pode ser utilizada para aumento do capital social do Banco.

Provisões diversas

A rubrica de provisões diversas apresentada na situação líquida do Banco inclui provisões para riscos gerais de crédito (Nota 2.2 c), Nota 6 e Nota 15), provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 2.2 c), Nota 15 e Nota 18), provisões para pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i) e Nota 15), provisões para outros ativos (Nota 2.2 d), Nota 9 e Nota 15) e outras provisões (Nota 15). O registo destas provisões na situação líquida do Banco está conforme o definido no PCIF.

17. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas Grupo Caixa Geral de Depósitos e Banco Angolano de Investimentos são os seguintes:

	2018	2017
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	35,943,764	80,674,669
Banco Angola de Investimentos- Angola	3,271,892	4,796,042
	<u>39,215,655</u>	<u>85,470,711</u>
Outros créditos sobre instituições de crédito (Nota 5)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	151,062,984	116,729,322
	<u>151,062,984</u>	<u>116,729,322</u>
Obrigações e outros títulos (Nota 7)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	24,732,690	24,744,214
Banco Angola de Investimentos- Angola	19,558,516	13,555,902
	<u>44,291,205</u>	<u>38,300,116</u>
Outros Passivos (Nota 13)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	19,945,293	14,076,108
Banco Angola de Investimentos- Angola	4,799,262	-
	<u>24,744,554</u>	<u>14,076,108</u>
Margem Financeira (Nota 20)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	3,456,277	2,347,687
Banco Angola de Investimentos- Angola	444,657	484,772
	<u>3,900,934</u>	<u>2,832,459</u>

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales prestados	44,168,409	90,132,044
Créditos documentários abertos	17,649,818	30,197,106
	<u>61,818,227</u>	<u>120,329,150</u>
Responsabilidade por prestação de serviços:		
Cobrança de valores sobre o estrangeiro	3,591,648	4,961,082
Depósitos e guarda de valores	1,080,000	1,080,000
	<u>4,671,648</u>	<u>6,041,082</u>
Responsabilidades de terceiros:		
Garantias reais	1,400,650,953	1,212,182,463
Outras contas extrapatrimoniais:		
Consignações	223,831	779,163
Contas diversas	23,270,358	26,389,224
	<u>23,494,189</u>	<u>27,168,387</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões para garantias e avales prestados apresenta m os seguintes valores:

	2018	2017
Provisões para garantias e avales prestados (Nota 15)	<u>1,101,232</u>	<u>3,599,973</u>

As provisões para garantias e avales prestados são apresentadas na rubrica de provisões diversas incluída na situação líquida do Banco (Nota 16), conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), em 31 de dezembro de 2018 as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais apurado conforme o Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

19. IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2018	2017
Resultado antes de imposto	80,941,406	54,438,343
Ajustamentos:		
Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30, nº 1, alinea d))	392,201	2,955,033
Salários e outros remunerações a pagar (Art. 30º, nº 3, alinea c))	693,114	784,977
Prémio de desempenho a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	2,146,577	(819,139)
Prémio de antiguidade a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	413,690	368,345
Seguro de Vida (Art.30º, 3 a))	282,260	491,021
Amortizações não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alinea e))	675,127	2,001,514
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º, nº 2)	429,090	323,372
Combustível viaturas (Art. 30º, 2)	140,181	484,156
Despesas de representação (Art. 31º, 3)	434,546	107,678
Materia coletável	<u>86,548,192</u>	<u>61,135,300</u>
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	21,637,048	15,283,825
Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores	-	-
Imposto corrente do exercício (1)	<u>21,637,048</u>	<u>15,283,825</u>
Pagamentos por conta (2)	10,762,461	10,277,768
Retenções na fonte (3)	<u>1,242,498</u>	<u>1,151,219</u>
Imposto a pagar (Nota 14) (4) = (1) - (2) - (3)	<u>9,632,089</u>	<u>3,854,838</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, as entregas antecipadas de imposto do selo, no montante de STN 1,126,026 e STN 1,134,834, respetivamente, foram refletidas na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados (Nota 23)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2014 a 2018. Dada a natureza das eventuais correções que

poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O montante de retenções na fonte inclui uma taxa de 20% aplicada aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Juros e proveitos equiparados		
De crédito concedido	113,783,352	96,272,803
De obrigações e outros títulos	8,984,005	3,715,350
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	5,871,622	3,451,627
Comissões associadas a operações de crédito	9,837,615	10,939,043
Outros	-	-
	138,476,594	114,378,823
Juros e custos equiparados:		
De depósitos de clientes	7,078,809	9,114,937
Outros	2,240	493,124
	7,081,050	9,608,061

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimento de serviços e comissões:		
Comissões de transferência	37,294,059	37,843,870
Comissões de garantias e avales	10,070,741	10,290,053
Comissão de intervenção	3,117,000	2,396,373
Comissão de risco	316,949	381,468
Comissões de cobrança- Efeitos	-	-
Outras comissões	44,954,856	41,404,839
	95,753,605	92,316,603
Encargos com serviços e comissões:		
Manutenção de cartões	3,583,853	3,066,079
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	2,207,411	803,770
Taxas de serviço	1,568,447	1,399,718
Outras comissões	1,270,206	1,009,397
Por garantias recebidas	-	-
Por compromissos assumidos por terceiros	243,629	87,201
	8,873,547	6,366,165

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, a comissões de manutenção de contas de depósitos à ordem e a comissões de transferências de valores.

22. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018			2017		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultado sobre notas e moedas	(17,804,142)	15,842,253	(1,961,889)	(13,301,341)	10,729,175	(2,572,166)
Resultados em divisas	(1,573,110,739)	1,584,419,381	11,308,642	(1,496,533,843)	1,507,516,797	10,982,954
	(1,590,914,881)	1,600,261,634	9,346,753	(1,509,835,184)	1,518,245,972	8,410,788

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços bancários diversos	12,437,793	12,077,452
Reembolso de despesas bancárias	3,492,919	3,510,865
Mais valias na venda de imobilizado	2,401,000	8,046,944
Recuperação de créditos incobráveis	2,600,539	1,236,484
Outros	2,771,134	5,103,955
	23,703,385	29,975,701
Outros custos de exploração		
Quotizações e donativos	(1,286,864)	(1,124,200)
Impostos e taxas	(1,590,704)	(1,274,389)
Outros	(770,860)	(3,156,392)
	(3,648,428)	(5,554,981)
	20,054,957	24,420,720

24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	7,327,908	7,780,484
Remuneração dos empregados	57,171,916	54,472,167
Prémio de produtividade	5,580,328	5,179,529
Encargos sociais obrigatórios	2,975,610	2,660,752
Encargos sociais facultativos	160,283	178,696
Prémios de antiguidade (Nota 2.2 i))	413,690	433,710
Outros	436,666	277,485
	<u>74,066,402</u>	<u>70,982,823</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco tinha ao seu serviço 151 e 155 empregados, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui STN 341,678,4 e STN 219,895 referentes à festa de confraternização dos empregados organizada durante os exercícios de 2018 e 2017, respetivamente.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comunicações	6,275,514	6,704,406
Água, energia e combustível	7,994,645	6,519,771
Publicidade	1,495,601	1,430,688
Conservação e reparação	4,202,146	2,649,204
Viagens e representação	3,093,746	2,836,490
Rendas e alugueres	4,007,677	4,063,862
Impressos e material de consumo corrente	4,032,671	2,920,272
Serviços de informática	3,416,542	5,600,949
Segurança e vigilância	2,839,599	2,857,287
Estudos e consultas	2,582,942	2,433,280
Outros	7,293,071	8,367,789
	<u>47,234,153</u>	<u>46,383,998</u>

26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2018					Total
	Moeda nacional	Moeda estrangeira			Total ME	
		EUR	USD	Outras		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	688,086,953	108,942,012	22,566,407	14,448,403	145,956,823	834,043,776
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	550,924	36,913,822	23,903,877	1,630,549	62,448,248	62,999,172
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	-	282,061,149	-	282,061,149	282,061,149
Créditos sobre clientes	770,391,565	45,366,635	8,510,577	1	53,877,213	824,268,778
Obrigações e outros títulos	290,720,150	24,732,701	19,558,504	-	44,291,205	335,011,355
Imobilizações corpóreas	235,012,493	-	-	-	-	235,012,493
Imobilizações incorpóreas	8,438,391	-	-	-	-	8,438,391
Imobilizações em curso	2,570,233	-	-	-	-	2,570,233
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	17,396,769	8,279,521	171,226	-	8,450,747	25,847,516
Contas de regularização	2,609,846	1,144,501	2,493	-	1,146,994	3,756,840
Total do Ativo	2,015,777,324	225,379,192	356,774,234	16,078,953	598,232,379	2,614,009,702
Depósitos:						
À vista	1,231,917,281	308,531,467	223,184,444	2,656,551	534,372,461	1,766,289,742
Aprazo ou com pré-aviso	253,718,753	22,329,325	72,558,281	794,192	95,681,798	349,400,551
Recurso de outras entidades	11,682,296	1,752,434	-	-	1,752,434	13,434,730
Outros passivos	3,806,951	21,659,792	10,660,364	-	32,320,156	36,127,107
Contas de regularização	46,480,053	3,597,931	719,281	1,103	4,318,314	50,798,367
Total do Passivo	1,547,605,333	357,870,949	307,122,369	3,451,846	668,445,164	2,216,050,497
Ativo/(Passivo) líquido	468,171,991	(132,491,757)	49,651,865	12,627,107	(70,212,785)	397,959,206

Parte 1 da tabela do balanço por moeda.

	2017					
	Moeda nacional	Moeda estrangeira			Total ME	Total
		EUR	USD	Outras		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	637,687,466	93,575,973	32,654,314	2,567,683	128,797,970	766,485,436
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	707,490	20,570,169	78,836,667	8,275,025	107,681,861	108,389,351
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	-	241,993,657	-	241,993,657	241,993,657
Créditos sobre clientes	604,540,085	61,004,715	16,636,827	(1)	77,641,541	682,181,626
Obrigações e outros títulos	222,094,393	24,744,214	13,555,902	-	38,300,116	260,394,509
Imobilizações corpóreas	249,726,545	-	-	-	-	249,726,545
Imobilizações incorpóreas	2,024,748	-	-	-	-	2,024,748
Imobilizações em curso	5,373,515	-	-	-	-	5,373,515
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	19,353,257	14,235,024	1,168,711	-	15,403,735	34,756,992
Contas de regularização	1,375,423	892,845	2,327	-	895,172	2,270,595
Total do Ativo	1,742,882,922	215,022,940	384,848,405	10,842,707	610,714,052	2,353,596,974
Depósitos:						
À vista	1,068,728,698	330,166,455	196,141,137	3,298,884	529,606,476	1,598,335,174
Aprazo ou com pré-aviso	196,842,565	29,662,806	99,638,683	614,189	129,915,678	326,758,243
Recurso de outras entidades	5,428,441	1,753,659	240,009	-	1,993,668	7,422,109
Outros passivos	3,913,894	16,173,744	517,254	-	16,690,998	20,604,892
Contas de regularização	33,402,661	4,293,878	516,492	-	4,810,370	38,213,031
Total do Passivo	1,308,316,259	382,050,542	297,053,575	3,913,073	683,017,190	1,991,333,449
Ativo/(Passivo) líquido	434,566,663	(167,027,602)	87,794,830	6,929,634	(167,027,602)	362,263,525

Parte 2 da tabela do balanço por moeda.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2018, o BISTP reconheceu uma mais-valia em resultados, no valor de 2.401.000 STN, decorrente da alienação de um imóvel recebido em dação, em contrapartida do desreconhecimento do ativo correspondente.

Esta transação originou a transmissão por eficácia real de todos os riscos e benefícios associados ao ativo supramencionado, encontrando-se pendente a formalização final.

Em 1 de Abril de 2019, esta transação foi concluída através da realização da escritura pública junto dos serviços notariais.

Com exceção da situação acima descrita, entre 31 de dezembro de 2018 e à data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do Banco.”

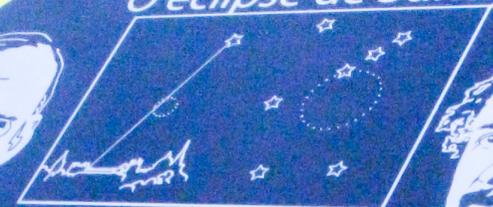
Em 1919, o astrónomo inglês, Arthur Eddington e seu assistente Edwin Cottingham fizeram uma expedição histórica à ilha do Príncipe, supervisionada pelo Real Sociedade de Astronomia do Reino Unido. A Roça Sundy, uma fazenda colonial portuguesa, foi escolhida como local para se efectuar a experiência. Durante o eclipse total do Sol de 29 de Maio, fotografaram um campo de estrelas de modo a testarem a teoria da relatividade de Albert Einstein que prevê que o percurso dos raios de luz é deformado por corpos de grande massa, tal como o Sol.

Eddington comparou as posições das estrelas observadas perto do Sol antes e durante o eclipse. A diferença de posições indicou uma pequena deflexão consistente com a teoria de Einstein. O fenómeno da deformação do percurso da luz pela presença de corpos com massa é denominado 'efeito de lente gravitacional' e é amplamente utilizado por astrónomos que hoje em dia tentam compreender a natureza do universo. Complementando uma expedição paralela ao Sobral, Brasil, esta demonstração da teoria de Einstein foi um ponto alto da Ciência do século XX.

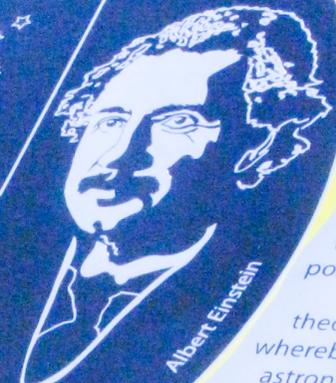
O eclipse de Sundy



Arthur Eddington



Oxford - 23:00, 9 de Fevereiro 1919



Albert Einstein



Sundy - 14:17, 29 de Maio 1919

In 1919, the British astronomer Arthur Eddington and his assistant Edwin Cottingham undertook an historic eclipse expedition to Principe organized by the Royal Astronomical Society. They chose Roça Sundy, then a Portuguese colonial plantation, as the location for their experiments. During the total solar eclipse on the 29th of May, they took photographs of a star field in order to test a prediction from Albert Einstein's theory of relativity that the path of light rays is bent by massive objects such as the Sun.

Eddington compared the positions of stars close to the Sun during the eclipse with their nighttime positions 3 months earlier. The difference indicated a small deflection consistent with Einstein's theory. The phenomenon of 'gravitational lensing', whereby light is deflected by mass, is widely used by astronomers today to understand the nature of the Universe. In conjunction with a parallel expedition to Sobral, Brazil, this early demonstration of Einstein's theory was a highlight of twentieth century science.

The International Astronomical Union celebrates the 90th anniversary of the Sundy eclipse.





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração no seu Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Como a fiscalização do Banco compete ao Conselho Fiscal, para além das entidades de supervisão da atividade bancária e a um Revisor Oficial de Contas, examinámos o Relatório de Auditoria emitido, sem reservas, pela Sociedade Ernest & Young (EY), com o qual declaramos concordar, dando-o aqui como integralmente reproduzido. O auditor EY declara ter realizado a auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e, também, declara a sua independência do Banco observando os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e os requisitos éticos relevantes para auditoria de demonstrações financeiras em São Tomé e Príncipe.

Na opinião expressa pelo auditor externo EY as demonstrações financeiras, que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2018, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações na situação líquida e a demonstração dos fluxos de caixa, bem como as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas seguidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do BISTP no ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em São Tomé e Príncipe.

No relatório, o auditor EY faz uma descrição das matérias relevantes de auditoria, apontando as provisões para a carteira de crédito e a valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito, como os riscos de distorção material com maior impacto no capital do BISTP, sobre os quais se debruçou e analisou no contexto dos trabalhos realizados de auditoria das demonstrações financeiras do Banco.

2. No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou regularmente a atividade do Banco, por contato direto com as áreas operacionais, análise dos suportes documentais e registos contabilísticos e dos atos de gestão do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, acedendo às actas das reuniões realizadas por estes órgãos e à documentação que suporta as decisões tomadas. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas e analisado o processo de preparação das contas e sempre obtivemos, quer da Comissão Executiva quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.
3. No desenvolvimento do seu trabalho, o Conselho Fiscal não teve conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos ou de violação dos preceitos legais aplicáveis e acompanhou, com a periodicidade e extensão que considerou mais adequadas, a evolução da atividade do BISTP, a regularidade dos registos contabilísticos, a análise dos riscos de crédito e a conferência dos valores na tesouraria.

4. O Conselho Fiscal como órgão ativo na avaliação dos riscos do Banco analisou os relatórios de actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Auditoria Interna e de *Compliance* e tomou boa nota dos trabalhos realizados. No seguimento, incentivou estes órgãos de estrutura a elaborar um relatório sobre o Sistema de Controlo Interno a enviar às autoridades de supervisão bancária, no sentido de melhor avaliar e monitorizar todos os riscos bancários, enumerando as deficiências de controlo existentes, apontando soluções e criando, revendo e divulgando os normativos internos.
5. No desenvolvimento da sua acção fiscalizadora, cujas principais conclusões ficaram registadas na Acta 1/2019 da reunião anual ordinária, de 10 de Abril de 2019, comunicadas ao Conselho de Administração, o Conselho Fiscal salienta as seguintes:

- As Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira do Banco, dos seus resultados e dos fluxos de caixa. O Activo líquido atingiu os 2, 614 milhões de STN e os Resultados Líquidos fixaram-se em 59,3 milhões de STN;
- O Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco, evidenciando os aspectos mais significativos;
- O elevado perfil de risco material devido à fraca qualidade da carteira de crédito, agravado pela difícil envolvente macroeconómica. A carteira de crédito continua com elevado índice de concentração, dado que os 50 maiores mutuários, com operações no montante de 587 milhões de STN, representam 56,7% do seu total e dos quais mais de 50% estão em situação irregular.
- O crescimento da carteira de crédito concedido no montante 164 milhões de STN (+18,8%), em grande parte com origem no aumento da exposição a Entidades Públicas, mas também a um grande incremento das exposições a empresas privadas, nomeadamente com o grupo HB e com o grupo Solnivam, este envolto em polémicas políticas e jurídicas e por isso, motivo de alguma preocupação pelo seu impacto nos grandes riscos do Banco.
- Na percepção do conselho fiscal o risco de crédito ao investimento a empresas está subestimado, pelo que chama a atenção da gestão para a necessidade de promover uma revisão dos critérios na análise deste risco, dado que os colaterais não são, normalmente, elegíveis ou suficientes para garantir o reembolso do crédito, considerando a envolvente macroeconómica, o fraco nível e liquidez do mercado e o sistema jurídico, tendo o Banco processos de recuperação de crédito em tribunal, alguns sem resolução há mais de 10 anos.
- É de realçar o bom resultado das políticas da gestão, nomeadamente na contenção de custos, com uma melhoria significativa da eficiência do Banco, refletida nos bons resultados alcançados;
- A proposta da aplicação de resultados líquidos contempla as disposições legais e estatutárias aplicadas.

PARECER

A responsabilidade do Conselho Fiscal encontra-se definida na Lei Bancária e nos Estatutos do BISTP.

O relatório anual do Conselho Fiscal, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da atividade fiscalizadora, proporcionam uma base aceitável para emitir o seu parecer sobre o Relatório e



Contas e Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, apresentados pelo Conselho de Administração.

Nestes termos, não obstante as preocupações assinaladas, o Conselho Fiscal dá o seu parecer positivo a que a Assembleia Geral de Acionistas aprove o Relatório do Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras e pondere sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2018, apresentados pelo Conselho de Administração.

Cidade de São Tomé, 10 de Abril de 2019

O Conselho Fiscal



(João Manuel Barata da Silva)



(Molelaliza Santos Afonso Fernandes)



(Nyaneka Nazaré Ferreira Sousa)